

# Aspectos psicossociais de adolescentes e jovens

Maria Cecília Cortez C. Souza\*

As dissertações e teses que investigaram o tema *Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens*, apoiadas, em grande parte, em recorte disciplinar no âmbito da Psicologia, configuram um conjunto aparentemente heterogêneo e, sem dúvida, numeroso de pesquisas: 76 trabalhos, ou 19,6% do total produzido no período abarcado pelo levantamento deste estado do conhecimento.

Um exame atento dos conteúdos dessa produção discente, no entanto, revela uma unidade que ultrapassa o mero recorte disciplinar e que se desvela à medida de sua leitura, assinalando certos subtemas que se afiguram como recorrentes. Este texto pretende examiná-los em seu conjunto, procurando aferir alguns sentidos dessa produção. Para tanto, far-se-á uma breve introdução, com algumas pontuações que, sem pretensão de exaustividade, assinalam certos dados que permitem contextualizá-la. Em seguida, serão comentados os dados quantitativos gerais, passando-se a analisar esses trabalhos em subconjuntos temáticos, empiricamente aferidos. Depois, destacando-se alguns pontos da leitura do conjunto dessa produção, serão salientados impasses e, principalmente, denotados os ganhos ao longo desses 18 anos de trajetória de pesquisa discente na pós-graduação em Educação. Finalmente, serão delineadas algumas perspectivas abertas por esses trabalhos para futuras investigações, para que a crítica que esse campo de pesquisa produziu acerca de si mesmo seja socializada, e que cada pesquisador, como diz Warde (1990), não necessite tomar o seu próprio trabalho como ponto de partida, contribuindo para que os demais pesquisadores possam usufruir, interligando-se a uma rede do conhecimento produzido pelos seus pares.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em primeiro lugar, cumpre assinalar que a quantidade de estudos recolhidos nesse campo temático (67 dissertações e 9 teses)<sup>1</sup> era um dado esperado, já que suas preocupações resultam de uma abordagem ancorada na Psicologia, que sempre ocupou, como ocupa nesse período de 1980-1998, um lugar tradicionalmente importante no campo de investigação acadêmica discente sobre Educação.

Sabe-se que a escolarização, na sua forma moderna, foi marcada – ao longo de sua história e, principalmente, aqui no Brasil – por contínuos esforços no sentido de torná-la, como campo de ciência aplicada, uma prática que deve ser racionalizada a partir da teoria e da crítica científicas. E, também, que a Psicologia assumiu, desde o início da escolarização, esse papel de ciência mais próxima, a que deveria trazer a luz da razão às práticas educativas (Carvalho, 1989). Sob o prisma da investigação científica, foi basicamente através do filtro da Psicologia que a Educação foi primeiramente olhada.

\* Livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>1</sup> Desse conjunto de trabalhos, deixou-se de ter acesso a 24 exemplares completos.

Alguns dados históricos se colocaram desde a origem do campo de estudo que se chamou de Psicologia Educacional, marcando seu desenvolvimento posterior – por exemplo, o fato de que o discurso psicológico concorreu para a profissionalização dos educadores, contribuindo, mais que qualquer outro, na definição de um campo específico de trabalho, a Educação, ligado a uma área determinada de conhecimento, a Pedagogia. Ao lado disso, porém, desde sua constituição, o discurso psicológico favoreceu também o deslocamento, para segundo plano, de uma discussão política que se esboçava em torno do problema educacional, difícil e decisiva num país de passado escravista recente. A Psicologia contribuiu para que o campo educacional assumisse, a partir da República, certa configuração técnica baseada na neutralidade de uma ciência ou de um conjunto de ciências. Assim, o ideário republicano depositou, em relação à Psicologia, alto grau de expectativas, colocando-a como empreendimento científico capaz de equacionar e solucionar problemas do ensino, democratizando o acesso à escola e maximizando sua eficácia. Acreditava-se, sobretudo, que o conhecimento científico de fatos psicológicos como a aprendizagem poderia revelar, por inferência, a forma mais adequada de ensinar e, também, que o uso de testes psicológicos proporcionaria forma objetiva de avaliação, diagnóstico e prognóstico da direção a ser assumida pela Educação.

Ora, um montante de expectativas de tal ordem em relação a uma ciência nascente estava fadado a decepcionar, ainda mais pelo fato de que os primeiros intelectuais que apregoavam as vantagens presumíveis de uma educação baseada na Psicologia ocupavam postos proeminentes no interior da burocracia do ensino e, não raro, eram agentes importantes na condução de inovações e reformas educacionais. Assim, raras foram as reformas do ensino, principalmente a partir dos anos 20, que não trouxessem atreladas a si formulações baseadas em princípios derivados da Psicologia. Desta forma, a proximidade da Psicologia com políticas educacionais do Estado e, mais ainda, com pretensões de transformar práticas escolares cotidianas, com suas demandas, injunções e urgências concretas, impediu o distanciamento necessário para o exame relativamente isento das relações passíveis de serem estabelecidas entre a Psicologia e a Educação brasileiras. Por uma questão de estilo, de luta por territórios, por se localizar marginalmente no campo da produção do conhecimento psicológico, a repercussão das polêmicas travadas entre escolas de Psicologia caracterizou-se, nos meios educacionais, pelo acirramento dos confrontos, pela radicalização das rupturas, por tentativas de zerar o passado, pela ausência de nuances de adesões e exclusões. Por seu turno, ao serem instrumentalizados para legitimar reformas e movimentos na política educacional, os textos de Psicologia, quando dirigidos aos professores, mantinham um tom propositivo, prescritivo – quando não, condenatório –, como atos e autos de fé em teorias, em métodos de investigação e aplicação, em concepções sobre conhecimento e aprendizagem, em teorias sobre a natureza da criança e do adolescente.

Dessa forma, o recorte disciplinar contido nessas teses e dissertações foi atravessado, ao longo de sua história, por confrontos múltiplos, críticas de várias naturezas e derivadas de diversos tipos de interesses, lutas de territórios que mantêm vigência no período coberto por essas pesquisas, entre outras, a que aponta para uma proverbial má-formação dos pesquisadores (Fávero, 1993). Aqui também a tradição histórica é remota. Mais antiga, quanto à sua implantação no Brasil, que a própria Psicologia (como ciência ou área de formação profissional), a Psicologia Educacional foi inicialmente conhecida pelos educadores através de obras específicas, escritas pelos primeiros psicólogos, destinadas deliberadamente a professores (Margotto, 2000). São exemplos: *A escola sob medida*, de Claparède (1959), *Educação intelectual, moral e física*, de Spencer (1888), *Palestras pedagógicas*, de William James (1917), e *Vida e educação*, de Dewey (1952). Esses psicólogos inauguraram uma tradição que se manteria por muito tempo, em relação a Piaget, Freud, Vygotsky e outros autores. Essas primeiras obras continham, em geral, um resumo da teoria psicológica do autor, seguido de grandes doses de determinações e prescrições pedagógicas. No espaço do currículo dos cursos de formação de educadores, em que a Psicologia concorria com outras disciplinas, escolhia-se para exame obras que, embora mais afeitas à Pedagogia, tinham, porém, menor densidade teórica.

A partir da década de 50, passou-se a utilizar também compêndios que, na tradição médica herdada pela Psicologia, visavam substituir as obras originais. Consistiam em sumários de

pesquisas esparsas, realizadas em outras realidades e culturas, que propunham uma ampla e genérica descrição de uma ou mais concepções do desenvolvimento psíquico, para, daí, extrair implicações pedagógicas imediatas. A partir dessa característica assumida desde o início pela Psicologia Educacional aqui no Brasil, inscreveu-se na própria formação dos educadores a sina, sempre apontada pelos psicólogos, de dominar parcialmente as regras do uso da linguagem de referência de seu próprio ofício. Daí a grande atração das pesquisas pela área, procurando aprofundá-la e conhecê-la por dentro e, talvez, também alguns dos seus vieses. Essa crítica está subjacente a muitos trabalhos aqui examinados: de um lado, as teses e dissertações procuram contornar a idéia de um conhecimento parcial do referencial teórico, expondo as idéias de um autor de forma muito mais ampla do que o problema examinado poderia ensejar; por outro lado, essa crítica sobre a má-qualidade proporcionou, por reação, um conjunto de pesquisas com manifesta – e, algumas vezes, exagerada – preocupação metodológica, no sentido de atingir um ideal de cientificidade, baseado na adoção canônica de um autor de referência, na descrição dos termos técnicos, na preocupação pelo rigor ou pela sofisticação da coleta e tratamento dos dados.

Outra crítica subentendida a esse conjunto de pesquisas procede do campo da Filosofia e da política educacional. Trata-se daquilo que, a partir da década de 70, se passou a chamar reducionismo psicológico ou estilo psicologizante de se pensar a Educação. Consistia em apontar o viés de alijar da análise a faceta cultural, social e política do empreendimento educativo, assimilando, por exemplo, a problemática geral do ensino ao pólo psíquico da aprendizagem ou reduzindo o propósito ético e político da Educação a uma suposta adequação a um desenvolvimento psíquico que coloca a intervenção escolar em suspenso. Expunha-se, então, o empobrecimento resultante de se pensar a Educação como campo de comprovação ou de aplicação, mecânica e pontual, de uma determinada psicologia (Warde, 1995, p. 59). Essa crítica adquiriu contornos precisos a partir dos fins dos anos 70, limite inferior da periodização aqui examinada. Especialmente através da repercussão da obra de Saviani (1985b),<sup>2</sup> denunciou-se a Psicologia Educacional como venda que insensibilizou os educadores em relação aos reais problemas que a educação brasileira atravessava durante o período da ditadura militar. Com o retrocesso do debate político sobre a educação popular dos anos 60, o período da ditadura militar foi visto, nessa época, como um amplo movimento de psicologização do campo educacional, marcado pela influência de teóricos aparentemente díspares, como Carl R. Rogers e B. F. Skinner. Dominou, como “psicologia oficial” dos governos militares, um intenso processo de tecnologização do ensino através da Psicologia Educacional, procurando inculcar, mediante programas de modelagem de comportamento, do microensino, a idéia de que a Educação seria um campo de análise experimental do comportamento similar às ciências naturais. A engenharia comportamental tornou-se hegemônica durante a ditadura, com diferentes nuances, conforme se constata em Keller, Mager e Bloom (Yamamoto, 1996, p. 106).

Assim, quando começa a se esboçar, no campo educativo, a contestação ao regime militar, um dos primeiros alvos da crítica é o psicologismo, calcanhar-de-aquiles da política educacional dos governos militares. Dessa forma, num movimento defensivo, um conjunto significativo das dissertações e teses aqui examinadas se vê na contingência de explicitar um credo político contrário à ditadura e ao reducionismo psicologizante e tentar, com maior ou menor êxito, legitimar seu referencial numa psicologia capaz de ser crítica e compatível com a realização, na escola e através da escola, de um projeto revolucionário que parecia distante no horizonte social (Yamamoto, 1996, p. 106).

Essa questão é especialmente pertinente no que tange à produção psicopedagógica relativa à juventude e adolescência abrangida nesse conjunto de pesquisas. Como sabemos, historicamente, uma inflexão importante na produção da forma escolar contemporânea foi a preponderância que a idéia de “desenvolvimento” assumiu aos poucos no discurso pedagógico. A partir do preceito escolanovista sobre a centralidade do aluno no processo educativo, houve ampla difusão da idéia de que a natureza da criança e do adolescente deveria ser respeitada pela escola. Também se tornou

<sup>2</sup> Há outros autores utilizados como referências: Libâneo (1986), Ribeiro (1987), Warde (1984), Gadotti (1982), Freire (1978 e 1979), Patto (1984 e 1990).

hegemônico o princípio de que um processo de desenvolvimento estaria subjacente à intervenção escolar, obrigando os educadores a buscar no conhecimento científico a idéia da criança e do adolescente para além da figura do aluno.

A partir da Escola Nova, a visão tradicional da criança e do adolescente como seres incompletos, devendo ser educados, foi substituída pela imagem da infância e da adolescência como tendo atributos próprios, necessidades e expressões peculiares que a escola deve acompanhar e não submeter a uma espécie de ortopedia, porque elas são providas de uma natureza que a escola deve desenvolver. Esse modelo educativo centralizado sobre a infância e sobre a adolescência produziu, como se sabe, diversos movimentos pedagógicos, transformações nas técnicas de trabalho, que pouco a pouco as colocaram, pelo menos idealmente, no centro do palco educativo. O que nos interessa pontuar aqui também é o processo pelo qual, a partir dos anos 50, através de iniciativas como a de Lourenço Filho, os antigos vigilantes e inspetores escolares foram substituídos por técnicos e orientadores que se identificaram basicamente com os valores e direitos da criança e do jovem. Profissões como as de orientadores educacionais, supervisores pedagógicos, coordenadores pedagógicos, psicólogos escolares, apesar das pendências entre si, reforçaram, todas, o papel cada vez maior concedido na escola aos especialistas da infância e da adolescência. Por sua vez, a formação de professores nos cursos de magistério e licenciatura, depois nos cursos de pós-graduação, multiplicou a sensibilidade para concepções psicológicas da criança e do adolescente, cujas necessidades, direitos e expressões se tornaram a dimensão essencial dos projetos escolares. É desses agentes e dessa configuração da cultura escolar que procedem, em sua maioria, os estudos contemplados nesse recorte. Colocando-se como contrária ao dirigismo imposto pela ditadura militar, por ser crítica do caráter disciplinador da escola, essa tradição, procedente da Escola Nova, serviu de esteio para grande parte das pesquisas levadas a cabo por esses investigadores, tornando-se uma característica distintiva do conjunto de pesquisas abrangidas no eixo temático *Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens*.

O modelo escolar acima referido permitiu que as expressões de uma cultura infantil, do adolescente ou do jovem encontrassem lugar, pelo menos na teoria, na escola, sem que ela conseguisse integrar, contudo, de forma consistente, esse direito de expressão nas suas finalidades pedagógicas. Ao lado de um ideário pedagógico que deu ampla legitimidade à expressão da criança e do jovem, criou-se uma demanda de conhecimento psicológico sobre essa criança e esse adolescente. Ora, se por uma espécie de naturalização da criança, uma produção psicológica de diferentes aportes foi produzida, divulgada e, de alguma maneira, integrada à cultura escolar, de forma menos confortável, a Psicologia Educacional lidou com a categoria adolescente, como é mais comum referir-se aos jovens nesse conjunto de trabalhos. A própria conceituação do termo “adolescência”, no enquadramento das teorias do desenvolvimento, colocava problemas teóricos difíceis de equacionar. Por exemplo, sua delimitação cronológica: se um processo visível de mudanças corporais internas e externas, assinaladas pela puberdade, poderia caracterizar o início da adolescência (e, de algum modo, legitimar sua universalidade), seu término desembocava inevitavelmente num processo social – o que mergulhava a adolescência, em termos gerais, num certo paradoxo teórico, tanto para os autores que conferiam maior peso aos processos biológicos quanto para aqueles que acentuavam os processos sociais. Como expressou Ruffino (1993, p. 33), “como um fenômeno, suposto genuinamente orgânico, seria passível de ser concluído por um processo apenas social? Ou, como um processo visto como definitivamente social poderia ter sido posto em movimento por um evento tão-somente orgânico?”

Ao lado dos problemas internos a essa conceituação, uma bibliografia de cunho sociológico ampliou para a categoria classe social a antiga crítica que Margareth Mead (1928) fizera à caracterização de adolescência de Stanley Hall (1904). Colocou em xeque a psicologia que falava do adolescente com matizes essencialistas, como se generalizasse dados a partir de uma perspectiva burguesa ou pequeno-burguesa e julgasse universal um privilégio de classe. Enquanto os jovens das camadas populares eram obrigados pela necessidade a se inserirem precocemente no mercado de trabalho, a se tornarem arrimos de família, a juventude burguesa e das classes médias via-se premiada com esse

tempo de incertezas, de conflitos e de estados d'alma que a Psicologia designava como típicos dessa idade da vida. Ironicamente, porém, ao longo do tempo abarcado por essas pesquisas, a própria extensão da escolaridade, ao lado da produção da cultura de massas, ampliou a adolescência para outros grupos sociais, acrescentando, inflitando e singularizando tensões agrupadas sob a terminologia genérica de crise psíquica da adolescência.

Essas prescrições, tradições de estudos, demandas, dificuldades e contingências rapidamente assinaladas acima, confluindo para o objetivo de conhecer psicologicamente o adolescente e o jovem, conformam estruturalmente a maior parte dos trabalhos aqui apresentados. Em geral, a sua formatação obedece a caracterização positivista do fazer científico. Os trabalhos são estruturados em uma parte inicial, em que se diz estar propondo o enfoque teórico e metodológico, e uma parte subsequente, em que se operacionalizam o problema, a descrição dos dados empíricos e o cotejamento final dos resultados com as hipóteses do ponto de partida. Ora, o que se percebe na realidade, a partir da leitura de muitas dessas pesquisas, é que esse enfoque teórico consiste num enorme esforço de dar sentido a informações fragmentadas, de contornar lacunas e evitar paradoxos, lutando contra a ausência de bibliografia específica, suposta no limite social do conceito, sobre as adolescências e juventudes brasileiras; ou então, que o enfoque teórico significa uma ampla releitura de determinado autor ou teoria do desenvolvimento, muito maior do que aquela requisitada pelo problema focado, denotando o esforço do pesquisador de dominar a conceituação para poder traduzi-la em ferramenta intelectual.

Nessas duas formas, entretanto, a dificuldade de atingir o objetivo do conhecimento de quem é esse adolescente por trás do aluno também denota a dificuldade de apreender, numa categorização geral, esse sujeito fugidio, que muda de geração em geração, de grupo social para grupo social, desvincilhando-se do lugar institucional de onde provém a perspectiva e a formação do pesquisador e que limita e confere identidade a esse campo de estudo. Colocando-se como educadores identificados com as demandas, valores e direitos dos adolescentes, mas percebendo-os a partir da perspectiva da instituição escolar, suas pesquisas, algumas vezes, evitam fazer certas perguntas: estaria a escolarização, suposta ou verdadeiramente, ausente de determinada descrição teórica do desenvolvimento psíquico? Como atingir, que perguntas seriam cruciais, a partir de que enquadramento teórico, como fazer para desenhar o perfil do jovem ou do adolescente envolvido pela pesquisa – supondo que a instituição escolar seja relativamente alheia ou externa a seu processo de subjetivação – para poder descortinar o jovem para além do aluno? Como, enfim, colocar simultaneamente a instituição e o aluno a distância e manter o enfoque disciplinar proposto, para distinguir no adolescente ou no jovem algo mais que o informante da pesquisa, identificando, sem maiores problemas, o sujeito do enunciado com o sujeito da enunciação?

De certa forma, a Tabela 1, a seguir, dá conta de explicitar essa problemática, revelando um certo declínio, a partir do início dos anos 90, da participação das teses que se valeram dos referenciais da Psicologia na produção acadêmica sobre adolescência e juventude na área de Educação.

**Tabela 1 – Distribuição do tema Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens, em relação à produção total em Juventude, de acordo com o subperíodo**

SUBPERÍODOS	PRODUÇÃO TOTAL	ASPECTOS PSICOSSOCIAIS	%
1980-1984	56	20	35,7
1985-1989	73	16	21,9
1990-1994	76	9	11,8
1995-1998	182	31	17,0
TOTAL	387	76	19,6

Assim, embora a produção seja grande, ainda que sub-representada comparativamente (76 pesquisas cadastradas), percebe-se que a participação dos aspectos psicossociais no cômputo geral de estudos acerca do jovem sofre, em termos relativos, certa quebra e certo declínio na metade do período estudado (11,8%) e que, mesmo sendo significativa a sua revitalização no último quadriênio (17%), a produção não retorna aos níveis dos dois primeiros subperíodos.

Outros indícios podem apontar para uma certa dificuldade de investigar a temática dos adolescentes e jovens no âmbito da perspectiva da Psicologia. Das 76 teses e dissertações, apenas uma autora apresenta, nesse conjunto, simultaneamente, uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado. A dispersão das teses e dissertações pelos orientadores também é significativa, assinalando, algumas vezes, a ausência de uma orientação decidida das linhas de pesquisa de Psicologia sobre determinadas problemáticas relacionadas a adolescentes e jovens contempladas nesse recorte. Dos orientadores arrolados, 16 orientaram mais de uma tese sobre o tema.<sup>3</sup> Os programas de pós-graduação que mantiveram uma linha de pesquisa em Psicologia Educacional apresentam uma produção mais intensa no estudo dos aspectos psicossociais de jovens e adolescentes, como os da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), responsáveis por um terço das pesquisas, e os da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com cerca de 25% da produção.

O conjunto de 67 dissertações e 9 teses aqui considerado examina, de diferentes maneiras e a partir de diferentes pontos de vista, temáticas da juventude e adolescência ligadas a referenciais teóricos da Psicologia. Este conjunto altamente variado de problemas e formas de aproximação dos sujeitos foi dividido aqui a partir de temáticas empiricamente verificadas nos objetivos principais explicitados nas pesquisas, de forma inevitavelmente artificial, mas útil para fins de análise, em subtemas constituídos de acordo com a Tabela 2, a seguir:

**Tabela 2 – Distribuição da produção discente sobre Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens, por subtema e nível de pesquisa**

SUBTEMAS	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL	%
Sexualidade e Relação de Gênero	18	2	20	26,3
Família	5	1	6	7,9
Orientação Escolar	22	3	25	34,2
Identidade	4	-	4	5,2
Conceituação	4	0	4	4,0
Drogas	4	2	6	7,9
Valores	10	1	11	14,5
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>9</b>	<b>76</b>	<b>100</b>

Mediante a leitura da incidência desses temas por subperíodo (Tabela 3), pode-se ter uma percepção das tendências de evolução da produção contemplada nesse recorte.

<sup>3</sup> Destacam-se, neste sentido, Mirian Comiotto, que orientou quatro trabalhos desse conjunto no período, Ana Maria Camargo, Angela Biaggio, Lyra Paixão, José Arvedo Flach, com três trabalhos cada, e Delcia Enricone, Laurinda Almeida, M. Laura Puglisi Franco, Maria Amélia Goldberg, Joel Martins, Lais Loffredi, Ruth Scheffer, Magda Becker Soares, Juan Mosquera, Maria Amélia Domingues de Castro e Augusto Trivãos, que orientaram, no período abrangido por essa pesquisa e sobre esse enquadramento temático, dois trabalhos cada um.

**Tabela 3 – Distribuição da produção discente sobre Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens, por subtema e período**

SUBTEMAS	SUBPERÍODOS								TOTAL
	1980-1984		1985-1989		1990-1994		1995-1998		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Sex. e Rel. de Gênero	1	5,0	2	12,5	1	11,1	16	51,6	20
Orientação Escolar	13	65,0	6	37,6	0	0,0	6	19,3	25
Drogas	0	0,0	1	6,2	1	11,1	4	12,9	6
Valores	2	10,0	6	37,5	3	33,4	0	0,0	11
Identidade	1	5,0	1	6,2	1	11,1	1	3,2	4
Família	3	15,0	0	0,0	1	11,1	2	6,5	6
Conceituação	0	0,0	0	0,0	2	22,2	2	6,5	4
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>9</b>	<b>100</b>	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>76</b>

Ao lado do declínio da produção discente no subperíodo 1990-1994, percebemos então que a tendência de recuperação do vigor das pesquisas verificado nos anos de 1995 a 1998 foi devido ao aumento de pesquisas relativas a novas temáticas que emergiram nesse recorte, como sexualidade e drogas. Temáticas clássicas ligadas à orientação escolar sofreram um brusco declínio no início dos anos 90, e temáticas ligadas aos valores quase desapareceram no final dessa última década. Note-se, também, a pouca afluência geral de estudos relacionados à família e a pequena incidência de trabalhos que procuram conceituar juventude/adolescência nesse recorte disciplinar, apesar da importância da família nessa idade da vida e das dificuldades teóricas acima apontadas. Essa lacuna é observada também nos estudos de feição sociológico ou antropológico sobre Juventude.

## ANÁLISE DOS SUBTEMAS

### Sexualidade e Relação de Gênero

O subtema Sexualidade e Relação de Gênero abrange um conjunto significativo de pesquisas (18 dissertações e 2 teses) dirigidas principalmente à educação/orientação sexual, relacionando-a a representações de gênero e, mais recentemente, a estudos destinados a responder aos desafios propostos pelas questões que dizem respeito à AIDS e à gravidez e maternidade precoces. Quase todas estas pesquisas estão relacionadas, de alguma forma, à intervenção escolar como medida de prevenção de problemas, mediante a orientação e a educação sexual. Esses estudos, no início, configuravam uma visão otimista em relação à sexualidade do jovem e às possibilidades abertas por uma nova percepção educacional do corpo, da sexualidade e do relacionamento entre os sexos, ecos dos anos 60 e das conquistas do movimento feminista. Ao avançar pelo período, os trabalhos se multiplicam e adquirem um tom sombrio – trata-se de alertas feitos à escola em relação ao risco da AIDS, à exposição a doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez precoce de jovens.

Um grupo muito expressivo das teses e dissertações está voltado a ouvir os jovens a respeito da sexualidade e das relações de gênero. O estudo de Péricles de Souza, de 1983, por exemplo, dedica-se a caracterizar, ouvir e analisar a percepção de jovens do sexo masculino, de Olinda e Recife, a respeito de sua experiência sexual e suas representações de mulher. Recolhendo um material extremamente rico, sob a forma de depoimentos a respeito das experiências sexuais masculinas da

geração dos 80, o autor conclui mostrando a representação sexista e coisificadora da feminilidade desses jovens. Verifica que esse estereótipo é aprendido na relação entre os pares, principalmente numa aprendizagem informal, designada como procedente da “rua”, em contraposição à escola e à família. Numa linha oposta, após 12 anos, o estudo de Elizeu Souza (1995), através de observação, entrevistas e questionários distribuídos entre estudantes baianos, mostra o papel exercido pelas instituições (escola, família, igrejas) no sentido de dissociar, no jovem, a sexualidade da vivência do prazer.

Mas esses estudos, muitas vezes, ao ouvir os jovens, desmentiram certas concepções preestabelecidas, entre as quais uma possível influência repressiva e disciplinadora da escola. Assim, o estudo de Flores (1985), realizado numa amostra representativa de jovens de San José, na Costa Rica, mostra que nem o interesse nem a percepção do sexo oposto são significativamente diferentes quando o jovem é educado em escolas mistas ou em escolas segregadas. Nessa linha de idéias, Brugalli, em pesquisa-ação de 1995, destaca o componente de agressividade que subjaz nas representações dos jovens a respeito da sexualidade e da aprendizagem de concepções sobre o sexo. Mais recentemente, Andrade (1997) realizou um amplo inventário sobre a experiência sexual de alunos da 8ª série de escola municipal do interior fluminense. O limite dessa posição de ouvir os jovens a respeito da sexualidade é demonstrado no estudo de Fernandes, de 1996, que, ao investigar o comportamento de alunos e alunas nas aulas de Educação Física, mostrou a existência de uma distância que vai do que os jovens dizem até o comportamento observado pela pesquisadora durante as aulas.

Voltado para a educação sexual numa forma mais distanciada, o estudo de Albuquerque (1991) analisa, através de levantamento bibliográfico, diferentes concepções do que sejam a orientação e educação sexual dirigida aos jovens e o papel assumido pela escola segundo essas concepções. Já o trabalho de Silva (1995) tem como referência básica uma experiência realizada em escolas municipais da cidade de Campinas (SP) enfocando um processo de formação vivido por professores e alunos. A intervenção ocorreu em 1992, concluindo que a orientação sexual pode consistir em espaço possível de aprendizagem em diversas áreas, deixando de ser tema considerado proibido ou tratado somente no conteúdo de ciências biológicas.

Abraçando decididamente a idéia de que a escola deve ter papel transformador na problemática das relações de gênero, o estudo de Correia, de 1997, procura investigar o significado assumido da virgindade feminina entre estudantes do então ensino de 2º grau, em João Pessoa, Paraíba, mostrando que, embora se observe uma abertura na revisão da hierarquia e do poder entre os sexos, a exigência compulsória da virgindade feminina anterior ao casamento não se encontra, de fato, superada.

Denotando inflexão importante nos estudos sobre o tema, a tese de doutorado de Afonso (1997) procura equacionar mais estreitamente a questão da sexualidade e a questão de gênero, tanto empírica como teoricamente, de forma distanciada de uma aplicabilidade imediata. Realizando um *survey* com 387 estudantes de ambos os sexos, complementando com entrevistas abertas, a tese conclui que as representações modernizantes/igualitárias estão majoritariamente presentes em jovens mulheres de nível social e grau de escolaridade altos, enquanto as representações tradicionais/hierárquicas estão mais presentes entre jovens do sexo masculino de classe e escolarização baixas. Aprofundando a questão, Afonso conclui que a polêmica sobre sexualidade e adolescência não pode se resumir à compreensão de uma crise psíquica, pois a própria formação de identidade do jovem implica seu envolvimento subjetivo com questões que a sociedade coloca para si própria. Através de contradições e projetos, a atual geração de adolescentes vem sendo desafiada e dar respostas a questões formuladas pela sociedade e pela história, ainda não respondidas, relativas à vida reprodutiva e às relações e identidade de gênero.

Outra inflexão importante nessa temática está representada num bloco significativo de quatro dissertações e teses, aparecidas entre 1995 e 1998, dirigidas a enfrentar o desafio que a AIDS colocou para a educação sexual. Ouvindo os adolescentes sobre os riscos a que estão expostos, os trabalhos constataam quão superficial é a informação que os adolescentes detêm e adquirem através dos meios de comunicação social, o pouco que essa informação modifica o comportamento sexual de risco e o grande despreparo dos professores e orientadores para fazer frente a esse problema. Esses

trabalhos abrangem pesquisas quantitativas, pesquisas qualitativas e estudos de caso, mas não diferem essencialmente nas suas conclusões. A dissertação de Fruet (1995), por exemplo, denota que a elaboração subjetiva dos jovens acerca das informações sobre o comportamento de risco é mínima, mostrando que repetem as informações e, no entanto, não se protegem, mormente quando a relação sexual tem um significado amoroso.

Ponto importante para a reflexão sobre as repercussões da AIDS, a tese de Martinez (1997) relaciona a prevenção da AIDS com a subjetividade do jovem. Realizando entrevistas abertas e fechadas com professores e alunos adolescentes, a tese se orienta para uma leitura psicanalítica da questão da sexualidade dos jovens e adultos, principalmente dos fantasmas envolvidos na prevenção e nas políticas educacionais sobre o tema, da perspectiva de uma geração que nasceu e viveu sob o bombardeio da propaganda sobre AIDS. Na tentativa de fazer efetiva uma orientação sexual ligada à prevenção da AIDS, a dissertação de Carvalho (1997) procura retirar, da experiência de jovens portadores do vírus HIV, informações que possam orientar os jovens estudantes não-portadores. O trabalho de Pinheiro (1998) complementa essa tendência com uma pesquisa em que mostra que a prevenção da AIDS necessita ser direcionada diferentemente segundo o gênero, dada a resistência, constatada em rapazes, quanto ao uso de preservativos.

Uma outra vertente expressiva de teses e dissertações, no âmbito da educação/orientação sexual, se propõe discutir a gravidez e maternidade adolescentes. A princípio, a experiência de jovens mães é tomada como referência para a adoção de políticas de contracepção expressamente dirigidas a adolescentes e jovens universitárias. Assim ocorre com o trabalho de Zacariotti (1998), que procura retirar subsídios para políticas educacionais preventivas da maternidade precoce, mostrando a correlação positiva existente entre nível de escolaridade e o uso de métodos contraceptivos, além da rejeição aos valores conservadores em relação à vida sexual. Outros trabalhos insistem sobre a necessidade de enfrentar o problema não partindo do ponto de vista de representações que a família e a escola fazem a respeito, mas tomando por base representações que a própria adolescente constrói acerca de sua gravidez e maternidade. O tom alarmista é, assim, matizado por trabalhos como a dissertação de Targino (1995), em que a autora mostra como os estudos que examinam a gravidez na adolescência partem de uma visão que o adulto formula sobre o problema e não a partir da perspectiva da adolescente. De um outro ponto de vista, a dissertação de Andriola (1998) procura investigar concretamente as repercussões da gravidez e da maternidade não planejadas sobre histórias de vida, ouvindo o depoimento de jovens universitárias. A dissertação de Luz (1995) leva mais longe essa questão. Analisando o problema do ponto de vista histórico, a autora procura desconstruir a perspectiva institucionalizada e quantitativa com que a literatura brasileira de cunho médico-psicológico percebeu a questão da maternidade adolescente. Coletando histórias de vida de mulheres que viveram no campo nas décadas de 20 e 30, mostra a naturalidade com que mocinhas casavam e tinham cedo seu primeiro filho.

Não há lei universal para esse fenômeno. Ser mãe é possibilidade inerente às mulheres... O que mais a sociedade tem para oferecer a estas jovens? Não pode haver sedução maior do que a existência do momento, a possibilidade divina de enfrentar o limite, gerando nova vida, postergando a morte (Luz, 1995, p. 234-235).

Conclui argumentando que, do ponto de vista histórico e social, a maternidade se caracteriza pela diversidade própria de cada tempo e lugar.

Dessa forma, a gravidez adolescente deixa de ser vista, nessa produção, como um desastre imediato: o apoio moral e financeiro, o meio social, a idade relativa ao começo ou ao fim da adolescência, as aspirações escolares e profissionais afetam essa experiência, podendo levar a adolescente à autonomia ou, ao contrário, à acentuação da dependência. Há, contudo, uma ponderação, quando a gravidez adolescente assume contornos de problema social: a gravidez faz incidir sobre a jovem mãe, seu filho e sobre sua família imediata os efeitos perversos da exclusão social, aumentando os custos sociais e os efeitos psicológicos de uma situação precária de existência. Assim, tomando já a mãe adolescente como

dado de realidade, o trabalho de Menezes (1998) procura examinar como a gestante adolescente reage perante sua gravidez em relação a mudanças do corpo, hábitos alimentares e auto-estima. Nesse mesmo sentido, o estudo de Freire (1989) já havia mostrado a dificuldade existente, em certos casos, de interação entre a mãe adolescente e o seu bebê e a necessidade correlata de treinamento e atendimento específico para essa jovem mãe.

Excetuando-se os que se colocam de forma mais distanciada, há nesses trabalhos todos uma certa urgência de enfrentamento do problema. Certamente, o sucesso ou fracasso das políticas de responsabilização dos jovens em relação a sua sexualidade e das políticas de responsabilização da sociedade quanto ao desenvolvimento individual e social de sua juventude levantam questões sensíveis sobre a transmissão intergeracional de comportamentos, patentes no caso de jovens em situação de dificuldade. Há nessas pesquisas uma chamada à responsabilidade da escola, contudo outras instituições não são também convocadas. Acentua-se, algumas vezes, a necessidade de introdução, na escola, de novos técnicos e de novas propostas de intervenção. Por outro lado, observa-se uma lacuna flagrante quanto ao fato de as teses e dissertações abordarem, todas, o modelo heterossexual dominante, omitindo problemáticas ligadas ao jovem homossexual, bem como aos riscos e constrangimentos a que ele se encontra exposto dentro e fora da escola.

## Drogas

As teses e dissertações incluídas no subtema Drogas percorrem caminho semelhante. De início, há uma certa tentativa de desmitificar o problema; no entanto, multiplicando-se no final do período, um tom sombrio e fortemente dramático passa a tingir esses estudos.

Importante ponto de partida para a reflexão sobre o tema no período, a tese de Ronca (1985), essencialmente, critica certa literatura médica, produzida com ares de cientificidade, procedente, em sua maior parte, dos Estados Unidos, sobre o uso nocivo da maconha. Ela analisa como esses textos, principalmente os de divulgação, são distorcidos, no sentido de acentuar o caráter da *Cannabis* como droga causadora de dependência e de estigmatizar seu usuário, traçando-lhe um perfil negativo como drogadicto.\* A literatura examinada pelo autor considera a dependência da maconha fato tangível e mensurável, estabelecendo um perfil classificatório do seu usuário, desdobrando-se finalmente em posições taxativas. O autor, analisando entrevistas com usuários e selecionando 27 depoimentos, mostra que, ao contrário do que afirma essa literatura, o jovem usuário não possui perfil definido, não demonstra desinteresse e não é alienado do ambiente e do mundo.

Oito anos separam o trabalho de Ronca do trabalho de Costa (1993), em que o tom é diametralmente oposto. Costa autora procura analisar o universo simbólico dos jovens usuários de álcool e maconha, alunos de um colégio particular do Rio de Janeiro, mas, desta vez, para denunciar a distância existente entre a representação do que sejam essas drogas entre seus usuários e a representação construída pela escola, através de professores. Com o objetivo explícito de tornar adequada uma política de prevenção à drogadição, a autora ressalta a influência dos pares, os melhores amigos, na introdução do jovem no universo da maconha e do álcool. A defesa dos jovens de seu uso em suas manifestações de sociabilidade, como algo que diz respeito exclusivamente a sua vida pessoal, é percebida como obstáculo a ser enfrentado. A autora assume explicitamente uma posição afirmativa no que diz respeito às políticas de prevenção ao uso de drogas, destacando o papel da escola e da família, formulado de um ponto de vista ideal. No mesmo sentido, a pesquisa de Myriam Lima (1996), analisando o uso de drogas entre os adolescentes estudantes de 5ª a 8ª série de uma cidade do interior do Rio de Janeiro, aponta para a necessidade de melhor conhecimento sobre as representações já estabelecidas entre os jovens para a formulação de políticas preventivas. Também decididamente mergulhada no interesse de elaboração de uma prática pedagógica preventiva, a pesquisa de Schmitt (1998) analisa a vivência e representações sobre sua própria identidade, sobre a sociabilidade entre pares, família e

\* Da expressão inglesa *drug addict*: dependente de drogas, toxicômano. (N. do E.)

escola, de sete jovens toxicômanos, com o objetivo de, por contraste, retirar conclusões para uma política de prevenção. Na mesma linha de estudos, o trabalho de Boa Sorte (1998) tenta analisar a incidência do alcoolismo entre os jovens, procurando pesquisar as representações que adolescentes da 5ª a 8ª série do ensino fundamental, de um bairro de classe média de Salvador, constroem a respeito do consumo de cerveja. Mostra que o consumo de cerveja está associado a situações de integração social, como afirmação de uma identidade adulta, e de que os jovens percebem o alcoolismo como algo motivado por questões internas do sujeito e não por fatores sociais.

Os trabalhos sobre drogas na adolescência espelham o itinerário estabelecido pelas pesquisas sobre a juventude no geral. A princípio, no eco da geração de 1968, são críticas à literatura de propaganda, mostrando como o uso de drogas estava associado a um comportamento rebelde dos jovens. Depois, reforçam as percepções dessa literatura de prevenção sobre os jovens usuários, mormente quando o uso de drogas generalizou-se – atingindo a juventude das classes populares –, a drogadição tornou-se endêmica e o tráfico de drogas, associado ao tráfico de armas, transformou-se em um grande negócio. Essas últimas pesquisas têm o mérito de ouvir os jovens e mostrar o enorme disparate entre suas representações e as representações elaboradas por políticas educativas de prevenção; no entanto, não objetivam e nem colocam a distância essas mesmas políticas, a não ser na inadequação de seus meios para atingir seu público-alvo, e, correlativamente, não colocam a distância o tráfico de drogas legais e ilegais nem questionam a razão do sucesso desse mercado ao atingir jovens clientes. Por outro lado, tratam as representações elaboradas pelos jovens como representações naturais, sem questioná-las profundamente. Embora façam advertências a futuros pesquisadores para que ampliem o leque teórico e metodológico de análise do problema, essas pesquisas, premidas pela urgência de uma intervenção escolar, passam rapidamente, algumas vezes, de constatações a recomendações políticas e pedagógicas.

Nesse sentido, a tese de doutoramento de Soares (1997) representa um ponto importante de inflexão recente desses trabalhos. Analisando o projeto de prevenção “Escola e Vida”, implementado no ensino público de São Paulo entre 1991 e 1994, aponta para a sua simplicidade, a diversidade e complexidade dos processos de socialização dos adolescentes e das relações que estes estabelecem com as drogas. A autora, nas considerações teóricas de seu trabalho, propõe que a política sobre drogas deve separar e levar em conta duas abordagens fundamentais: uma que se aproxima do problema da relação dos indivíduos com as drogas a partir das interações sociais que acontecem no âmbito microssocial; e outra que coloca em evidência o peso dos fatores econômicos ou macrossociais na determinação de uma relação prejudicial dos indivíduos com as drogas. A análise da autora é essencialmente crítica ao tom moralista com que se revestiram as pesquisas sobre o tema, distanciando-se igualmente do otimismo ingênuo da literatura contestatória dos anos 60. Propõe uma reorientação da percepção do jovem usuário de drogas ilegais, retirando tanto o moralismo das campanhas antidrogas como uma certa infantilização e vitimização de seus usuários, dessa vez apresentando o adolescente e o jovem como sujeitos capazes de decisão e de uso responsável.

## **Orientação Escolar**

Nesse conjunto de teses é abordada a questão escolar, mas, diferentemente do tema *Juventude e Escola*, a escola comparece, dessa vez, em segundo plano, sendo privilegiado o adolescente tornado público-alvo de serviços escolares não diretamente ligados à função do ensino. Trata-se, como assinalamos, de tentar percebê-lo como centro do empreendimento educacional, colocando a instituição escolar em segundo plano. Nesse subtema comparecem problemas que foram, de forma típica, acolhidos por orientadores educacionais, supervisores pedagógicos e outros técnicos que, ocupando na escola o lugar de educadores, se colocavam como relativamente distanciados da docência. Emergem assim, nesse conjunto, assuntos que constituíram preocupações desses profissionais.

No início do período pesquisado, prepondera nitidamente a questão da escolha vocacional, enfocada sob diversos ângulos e correlacionando a maturidade da escolha com vários fatores: influência

dos pais, rendimento escolar, estudo da própria influência de uma intervenção visando à orientação vocacional, autoconceito, a própria trajetória escolar, etc.

Esse grupo de teses e dissertações relacionadas à orientação vocacional, concatenado em suas hipóteses, em grande parte homogêneo quanto às referências bibliográficas e estilo de pesquisa, foi atuante até 1985. A partir de então desapareceu, ganhando terreno os trabalhos que enfocam outros aspectos da escolarização sob a perspectiva do adolescente: a questão do autoconceito – considerado na época peça-chave para o sucesso escolar do jovem –, a repercussão do fracasso escolar sobre seu autoconceito, sua satisfação ou insatisfação em face dos resultados escolares, o sentido de vida construído pelo jovem, seu discurso, a percepção de si mesmo, o papel do lazer, sua desatenção, liderança, medos e ansiedades.

## A PROBLEMÁTICA VOCACIONAL

Os trabalhos relacionados com o tema da orientação vocacional inspiram-se quase todos em uma psicologia educacional norte-americana, optando por estudos quantitativos em que se examinam correlações entre variáveis, dominando a variável “maturidade vocacional” relacionada com outras, do tipo inteligência, localização no percurso de escolaridade, influência familiar, sucesso escolar, etc. Utilizando-se muitas vezes de instrumentos múltiplos de pesquisa (questionários fechados e entrevistas associados a testes e escalas), as investigações são conduzidas com alto grau de refinamento metodológico e de apuro no tratamento estatístico dos dados. Mas, às vezes, esse refinamento no uso de instrumentos não é acompanhado por um grau suficiente de criticidade em relação a eles e aos referenciais teóricos, integrando, por vezes, jovens e adolescentes numa amostra homogeneizada na categoria genérica de alunos, sem distinguí-los; há uma certa dificuldade de examinar a questão vocacional, tal como formulam, com a problemática dos jovens de classes populares.

Nem sempre as hipóteses que servem como ponto de partida são verificadas, e esse caráter negativo, sem dúvida, constitui um avanço para estudos sobre o tema. Assim, o trabalho de Gehrke (1980), depois de examinar uma amostra de 294 sujeitos, num universo de 1.002 jovens, a metade da qual submetida a serviço de orientação vocacional, acaba por concluir pela inexistência de correlação positiva entre os serviços de orientação vocacional e a maturidade vocacional desses sujeitos, medida por uma escala do tipo Likert.

Nesse mesmo sentido, o estudo de Heloisa Oliveira, também de 1980, conclui por uma baixa correlação entre o nível de maturidade vocacional e o nível intelectual de 401 sujeitos, coletados através de instrumento destinado a aferir a maturidade vocacional, elaborado por Super e Forrest, e o teste de matrizes progressivas de Raven para medir a inteligência. Na mesma linha, Sampaio, em estudo de 1980, analisando os resultados de uma amostra de 401 sujeitos, alunos da 2ª série do 2º grau, conclui por uma modesta correlação entre o nível de maturidade vocacional e o desempenho escolar. Também a pesquisa de Wender (1982) conclui pela não-interferência do tipo de escola e da idade cronológica sobre a escolha vocacional. A autora observa que existe uma sincronicidade entre atitudes de maturidade vocacional e série escolar, isto é, que à medida que progridem nos estudos, os alunos adquirem capacidade de fazer opções vocacionais.

Ao contrário, no estudo realizado por Vilar em 1981, verificou-se uma significativa correlação entre a escolha profissional e a interferência dos pais, principalmente no aspecto atitudinal do processo decisório, produzido pela situação socioeconômica da família, chamando a atenção da autora a inadequação da categoria “vocaçào” quando relacionada às camadas de baixa renda. Usando um referencial teórico baseado sobretudo na teoria desenvolvimentista de Erikson, e procurando enquadrar o problema vocacional numa perspectiva social ampla, a pesquisa de Bonilauri (1985) chega a conclusões semelhantes. A família mostrou exercer profunda influência na definição do papel social a ser pretensamente desempenhado pelo aluno através da escolha profissional. O adolescente reproduz, segundo a autora, ideais parentais, tomando-os como referencial para atitudes decisórias, sejam estas de aceitação ou de negação imediata da premissa familiar. A autora identificou a relevância da

meritocracia escolar na formação da identidade psicossocial dos adolescentes alunos do 2º grau por ela examinados; a construção das representações sobre sucesso/fracasso escolar se constitui mecanismo de homogeneização das percepções de si mesmos, criando a situação ideal para que diferenças sejam anuladas em nome da garantia que as transcende: o ideal de mobilidade social.

Distinguindo-se da série de estudos sobre escolha vocacional, o trabalho de Marluce Freire (1984) procura construir uma estratégia de ação baseada num referencial teórico-desenvolvimentista para conduzir a melhoria da maturidade vocacional baseada no desenvolvimento do autoconceito. A pesquisa tem caráter eminentemente prático, ou seja, desenvolve-se no sentido da prescrição de uma pedagogia específica visando o amadurecimento vocacional do aluno.

## OUTROS PROBLEMAS

Um bloco de sete trabalhos, dentro desse subtema, com referenciais teóricos e metodológicos extremamente diversos, procura analisar aspectos pontuais do desempenho escolar dos adolescentes. Assim, o trabalho de Sidu (1981), usando referenciais teóricos da psicologia educacional norte-americana, procura investigar a relação entre estilos cognitivos, preferências cognitivas, quociente de inteligência e rendimento escolar. Denotando estar preocupada com os problemas políticos que envolvem o jovem da geração dos anos 80, a dissertação de Santos (1983), investiga o baixo espírito crítico dos alunos que cursavam a 3ª série do então ensino de 2º grau, o que, segundo a autora, parece estar relacionado com a religião, a repetência e o tempo de exposição à televisão.

O trabalho de Lummerz (1985), analisa a presença de relação entre o motivo de realização (auto-exigência dos estudantes), o nível de satisfação familiar e repetências anteriores no rendimento escolar de alunos da 1ª série do ensino médio, concluindo pela presença de uma pré-indexação das ambições escolares nos alunos procedentes de famílias de baixa renda.

O trabalho de Araújo (1996), tendo como base o referencial de Vygotsky, Leontiev e Wallon, procura examinar o papel do jogo na socialização, dentro da cultura popular, entre adolescentes da classe trabalhadora; recomenda ele o uso do jogo como forma de tornar a escola significativa para esses jovens. Especificamente voltada para o estudo de problemas dos jovens de um determinado bairro de Porto Alegre, a dissertação de (1981), analisa os resultados da aplicação de um instrumento (Lista de Problemas Pessoais) criado por Mooney sobre uma amostra de 386 estudantes (154 homens e 232 mulheres) da 2ª série do então 2º grau, das escolas do bairro. A tese de doutoramento de Strongoli (1989), por sua vez, tem por objeto a análise de estruturas de superfície e das estruturas profundas do discurso do adolescente, utilizando um texto escrito por um jovem, mediante a psicanálise e a análise do discurso.

O sentido que a vida assume para o jovem e a influência exercida pela escola na sua consideração, recusa ou elaboração aparecem como conceito-chave num bloco de três trabalhos. O mais importante deles, a tese de Paschoal (1985), utilizando um referencial fenomenológico-hermenêutico, analisa o discurso adolescente a respeito do significado que atribui ao mundo, a si próprio e às instituições. Considera, nas suas conclusões, o enorme descompasso existente entre a educação formal que os jovens recebem e os pensamentos, sentimentos e aspirações realmente elaborados e assumidos por eles. Através de análise de um material extremamente rico, a autora conclui não pela recomendação de que a escola deve adaptar-se a essas aspirações e sentidos, mas que ela deve levar esse discurso jovem em consideração, se quiser que a tarefa educativa recupere seu sentido.

A questão do significado atribuído pelo jovem a si mesmo e ao mundo é examinada também pela dissertação de Macedo (1998), em que a autora analisa os efeitos de um curso acerca de juventude e adolescência, por ela ministrado, sobre seus alunos – jovens ingressantes de um curso universitário de Psicologia, com idades entre 17 e 23 anos. Da mesma forma, Beyer, em dissertação de 1988, procura analisar os efeitos de uma intervenção, baseada na logoterapia de Viktor Frankl, na busca do sentido da vida feita por jovens e adolescentes de uma escola pública de Porto Alegre.

Um outro bloco significativo de investigações dentro desse subtema tem como descritor-chave a questão do autoconceito do jovem. Considerados como estratégicos para a consecução das

expectativas escolares dos jovens, os trabalhos examinam a literatura a respeito, mas nem sempre a análise empírica confirma resultados esperados; o trabalho de Geraldo Maurício Lima (1996), por exemplo, chega a uma conclusão inesperada para o autor. Procurando averiguar se a variável fracasso escolar pode influenciar no rebaixamento do autoconceito de 70 adolescentes excluídos do curso noturno de 2º grau, aplicando sete escalas de auto-imagem através de instrumento criado por Offer, o estudo conclui que, nesses sujeitos de 14 a 18 anos, o fracasso e a evasão não redundam, pontual e automaticamente, no rebaixamento do conceito que o jovem constrói de si próprio.

Nesse mesmo sentido parece caminhar a dissertação de Pitombo (1982). Esse autor procura relacionar a questão do autoconceito do aluno e suas expectativas escolares usando como variável a categoria classe social. Num grande esforço de traduzir o conceito de classe numa categoria quantificável, seu estudo leva a concluir por uma espécie de pré-indexação das expectativas dos alunos das classes populares em face da escola já no 1º ano do então 2º grau e um autoconceito relativamente baixo desses alunos. No entanto, esse nível de autoconceito comportava-se de forma independente do grau de satisfação das expectativas dos alunos, o que demonstra que os jovens não se referiam aos valores escolares para definir o conceito de si próprios.

Voltada para uma intervenção prática, a pesquisa de Sousa (1981) procura discutir os efeitos de um determinado treinamento – o Programa de Treinamento de Habilitação de Percepção (THP) – sobre o autoconceito de um grupo de alunos do então 2º grau; também procura medir os resultados, através de pré-teste e pós-teste, para perceber mudanças significativas nos autoconceitos desse grupo. Também aqui os resultados de sua pesquisa foram inesperados: indicaram que o THP teve efeito positivo apenas em dois dos alunos que participaram do treinamento, mas, aparentemente, o treinamento acarretou efeito negativo em dois sujeitos.

Enfocando problemas tradicionais da escola, mas identificados basicamente com a perspectiva dos alunos, configura-se um outro conjunto composto por quatro dissertações. Assim, Vani Costa (1997) analisa a questão colocada por aqueles que os professores costumam chamar de “alunos-problema” no cotidiano familiar e escolar, através da perspectiva e da singularidade de um jovem cujo desejo de eternizar sua vivência de rua entrava em conflito com o desejo dos professores de transformá-lo em aluno. Também um problema comum no cotidiano escolar, a desatenção dos alunos, foi analisado por Der (1996), sob a perspectiva dos estudantes. Examinando oito rapazes e moças entre 13 e 14 anos, indicados por seus professores como desatentos, e usando um referencial walloniano, o trabalho conclui pelo descompasso entre a cultura escolar e os interesses e necessidades desses adolescentes, envolvidos por problemas afetivos, mostrando que é preciso considerar essa dimensão nas práticas escolares. O estudo conclui que o professor deve investir nos seus vínculos afetivos com os alunos e selecionar conteúdos que digam respeito às necessidades deles.

Usando também o referencial walloniano, um outro problema clássico, a presença do medo entre os alunos, foi analisado por Giglio (1998), mostrando que os medos dos estudantes atuais ainda mantêm uma certa ligação com os medos dos escolares do início do século, apesar das transformações por que passou a escola. Outra questão clássica apontada pelos professores, a importância da existência de líderes identificados com os objetivos escolares entre grupos de jovens e a presença de uma baixa correlação existente entre o rendimento da classe e a presença de líderes voltados para interesses anti ou a-escolares, é comprovada pela dissertação de Oliveira (1981), analisando uma amostra de 268 alunos da 1ª série do ensino médio. Esses estudos mostram o interesse que certas questões clássicas ainda mantêm e a fecundidade de analisá-las sob novos enfoques e metodologias de pesquisa.

Esses trabalhos, extremamente diversos entre si, procuram detectar, cada um a seu modo, um certo mal-estar na educação dos jovens. Algumas vezes, assumindo o lugar dos adolescentes, dirigem à escola diferentes demandas – que os adolescentes sejam escutados, que seus estilos cognitivos sejam considerados, que sua cultura original seja respeitada, que o espírito crítico seja desenvolvido, que a escola seja atraente, motivadora, relacionada com suas questões afetivas e existenciais, etc. Concluem por recomendações práticas as mais diversas e percebem a escola como instituição essencialmente faltosa. Por vezes, assumem o lugar de intérpretes de necessidades, aspirações e

desejos dos jovens, colocados no lugar da justiça, em contraste com uma instituição adulta (escola) injusta. Alguns estudos, ao colocar os jovens como informantes e ao identificarem-se com suas demandas, não olham a distância nem analisam em profundidade o discurso desses jovens e as condições de sua elocução, nem mesmo a(o) adequação/distanciamento em relação às práticas.

Dessa forma, não logram perceber os jovens verdadeiramente como sujeitos, mas infletem uma imagem quase invertida da instituição escolar. Independentemente do fato de tomarem por base as informações dadas pelos adolescentes, raramente estes são caracterizados, mais ainda, são concebidos como exteriores à escola e a qualquer outra instituição ou espaço social. Informados, por vezes, pela leitura de Foucault de *Vigiar e punir*, a escola, por sua vez, é freqüentemente vista como instituição disciplinar que independe de seus agentes, genérica, homogênea, imóvel e cristalizada no tempo.

## Valores

A preocupação com a percepção dos valores dos adolescentes, dominante na década de 80, nasceu talvez do desejo de conhecer valores de uma geração de jovens que iniciava sua vida pública após a ditadura, de perceber o que tinha restado do poder de inculcação ou das resistências de uma geração nascida e criada dentro do regime militar, na esperança, talvez, de que ela, geração, cumprisse o papel de renovação e questionamento que se achava estar na essência da juventude, na esperança de que a escola pudesse renovar e regenerar a sociedade no processo de redemocratização.

A reorientação da escola na perspectiva da transformação da sociedade foi assumida, principalmente, a partir do final dos anos 80, através da crítica simultânea à concepção “liberal” e à concepção reprodutivista da escola, procurando abrir caminhos através de uma perspectiva histórico-crítica formulada principalmente por Dermeval Saviani. As elaborações teóricas, juntamente com a crítica à escola que exclui e reprova, se voltavam para a elaboração de modelos ligados à redefinição do seu papel. Procurava-se, sobretudo no ensino fundamental, ao lado da crítica ideológica da escola, a proposição positiva de um ensino libertador, democrático, capaz de fazer aflorar uma consciência crítica dos alunos, de modo a formá-los enquanto sujeitos históricos.

Colocava-se, então, a idéia de que uma psicologia piagetiana pudesse estar de alguma forma aliada a essa prática pedagógica e a essa filosofia transformadora. Se os métodos de Emilia Ferrero haviam sido, na época, reapropriados por educadores e por eles constituídos como métodos adequados ao ensino fundamental, e se Emilia Ferrero professava uma concepção piagetiana de desenvolvimento cognitivo, supunha-se possível compatibilizar Piaget com a transformação social. É nesse sentido que se volta ao livro mais “escolar” de Piaget (1977), *O julgamento moral na criança*, e aos trabalhos de Kohlberg sobre a evolução dos valores, no sentido de retirar dados para verificação de estágios do desenvolvimento moral dos adolescentes e examinar sua compatibilidade com o empreendimento pedagógico.

Um olhar mais detido sobre as reflexões de Piaget permite compreender essa confluência de sentidos. Piaget escreveu *O julgamento moral na criança* depois de ocupar a cadeira de Durkheim na Sorbonne. Ora, os trabalhos de Durkheim sobre a educação escolar procuravam demonstrar que a escolarização, ao diversificar as experiências sociais, conduzia o aluno a passar de uma solidariedade mecânica, em que, na família, apenas adere à expectativa e às ordens do adulto, a uma solidariedade orgânica através da escola, em que o contato com pares e diferentes professores coloca-o em contato com diferenças e possibilita, também pela cultura científica e humanista base da escola, a entrada num universo social mais amplo. O processo escolar conduzirá, segundo ele, à passagem da obediência à cooperação, da moralidade como submissão à autoridade pessoal, à moral como construção individual, capaz de ser crítica à moralidade conformista. Segundo mostram Dubet e Martuccelli (1996, cap. 1), Piaget, no *O julgamento moral na criança*, prolongou, de certa forma, o pensamento de Durkheim, desenvolvendo, a partir dessas idéias, uma teorização psicológica refinada. Segundo Piaget, ao longo dos estágios de seu desenvolvimento, o indivíduo articulava duas funções complementares: a da assimilação, que consistiria na incorporação de situações diversas a modelos já construídos, e a da acomodação, que

tentaria ajustar, deformando, esses modelos à diversidade concreta de situações e de pessoas. Os estágios do desenvolvimento conduziram o indivíduo à passagem do egocentrismo à cooperação e de uma moral conformista na qual a autoridade é sempre justa a uma ética pessoal na qual o julgamento moral se destaca da autoridade, quer do grupo, quer do adulto. Seria na relação dialética das situações de submissão aos adultos e relações democráticas com seus pares que se construiria a autonomia moral, tornando o jovem autônomo na medida em que seus valores se separam, pouco a pouco e simultaneamente, da autoridade do adulto e da pressão do grupo. Todavia, Piaget, ainda na obra citada, examina essa questão na observação do comportamento da criança em relação ao jogo, em que a figura da autoridade adulta aparece como distante, o que levou alguns leitores a interpretar esse desenvolvimento como uma elaboração espontânea, uma vez que, no jogo infantil, a autoridade do adulto aparece subsumida. Apesar disso, não se pode deixar de concordar com Dubet e Martuccelli, quando apontam que há uma notável homologia no processo descrito por Piaget e no projeto escolar proposto por Durkheim. Nesse sentido, a educação escolar não seria só conformista, mas passível também de produzir um sujeito ético, capaz de crítica, convicção e de distância em relação a si mesmo. Baseado no paralelismo colocado por Piaget entre desenvolvimento moral e desenvolvimento cognitivo, Kohlberg propôs, por sua vez, uma escala de estágios de desenvolvimento moral no pré-adolescente e nos adolescentes, considerada por ele como universal.

Como assinalam Dubet e Martuccelli (1996), há nessas teses piagetianas uma espécie de encantamento com as concepções da educação humanista, visando construir um sujeito ao mesmo tempo autônomo e integrado à sociedade. A própria organização escolar, a partir da tensão que efetivamente acarreta entre a identificação com a autoridade e a identificação com o grupo de pares, poderia ser condição de emergência e de construção de um sujeito relativamente livre. Dessa forma, há em Piaget uma certa justaposição entre uma teoria do desenvolvimento e um determinado projeto social e histórico – configurado pela escola – visando produzir indivíduos livres. Assim, a partir dessas observações, torna-se compreensível a busca de apoio em Piaget e Kohlberg, e o otimismo durkheimiano sobre a educação escolar ilumina o tom caracteristicamente esperançoso da produção inicial dessa época acerca dos valores dos jovens.

Feitas essas ponderações, voltemos a analisar os trabalhos. Alguns dos estudos estão voltados para a escola; por exemplo, a dissertação de Pondé, procura interrogar acerca da inadequação da escola na “interpretação precipitada e muitas vezes tendenciosa do comportamento de seus alunos”, mostrando que os “currículos escolares devem sempre levar em conta interesses, expectativas e valores dos alunos” (Pondé, 1985, p. 5). Utilizando a escala Eiva e a escala do tipo Lickert sobre os valores percebidos por professores de adolescentes e comparando-os com os valores dos próprios adolescentes estudados por Kampel, o estudo conclui, no entanto, que os professores identificavam corretamente os valores dos adolescentes. Essa percepção, entretanto, era maior entre alunos de escolas particulares, isto é, entre professores e alunos de classes sociais semelhantes e entre professores mais jovens e seus alunos, enfim, entre indivíduos de gerações mais próximas. No mesmo sentido, a dissertação de Azevedo (1989), usando uma escala do tipo QVE de Perron, analisa a percepção dos professores e especialistas em educação confrontando-a com as mudanças sociopolíticas e culturais dos anos 60, 70 e 80, ligadas a mudanças na escala de valores dos jovens. Significativamente, nesse último trabalho, iniciando com uma análise dos resultados obtidos, mas indo mais além desses resultados, a autora parte para o enfrentamento histórico e político das mudanças valorativas ocorridas nos jovens dessas décadas, com base nos trabalhos de Dermeval Saviani, Barbara Freitag e Luiz Antonio Cunha, realizando, através desses autores, uma crítica da literatura psicológica americana dominante nas décadas de 70 e 80. Por sua vez, a dissertação de Martins (1988), analisa os valores de estudantes do supletivo do ensino médio, mostrando que não diferem, significativamente, dos valores de adolescentes do ensino médio regular.

De modo particular, outra série de teses e dissertações voltadas para questões de valores adolescentes, apoiadas especificamente em Piaget, ganha sentido no contexto político específico daquela época. Exemplo desse tipo é o trabalho de Gerbase (1984), em que a autora liga a questão do julgamento moral a uma forma escolar específica. Esse estudo procura investigar nos jovens gaúchos as

relações entre o julgamento moral do adolescente e a percepção por eles construída sobre atitudes da família, dos colegas e da escola, examinadas numa escola “liberal” e noutra “tradicional”, concluindo pela superioridade da escola “liberal” na promoção do desenvolvimento moral e do julgamento moral em relação a princípios dos adolescentes. Mais explicitamente, o trabalho de Áurea Oliveira (1989) procura fundamentar, a partir da perspectiva teórica construtivista, a importância de uma educação voltada para a clarificação e a construção de valores. Mediante a análise de depoimentos e a comparação de resultados de um pré e de um pós-teste, a autora verifica progresso no desenvolvimento do julgamento moral do adolescente, um processo de descentralização do raciocínio egocêntrico, e o início de um processo de construção de valores, de tolerância em relação a divergências e a capacidade de coordenação de opiniões alheias e elaboração de síntese.

Um ponto importante no aprofundamento dessa série de pesquisas sobre o julgamento moral do adolescente, apoiadas simultaneamente nos trabalhos de Piaget, Kohlberg e Rest, está representado pelo trabalho de Lummertz (1991). A autora realiza experimento do qual participam 83 adolescentes, propondo a criação e elaboração de histórias em que se acham apresentados dilemas morais, a fim de perceber, segundo as teses de Berkowitz, o papel de interações dialógicas entre adolescentes de níveis de desenvolvimento diferentes para o desenvolvimento do julgamento moral. Analisando os resultados, a autora constata a importância dessas interações e discussões entre essas duplas de desiguais para o desenvolvimento moral do adolescente menos amadurecido. Considera que seu procedimento pode ser aproveitado por professores, pois possibilita um conflito cognitivo, um desequilíbrio do estágio atual do adolescente e uma nova equilibração em níveis cognitivo e moral superiores.

Um outro conjunto de trabalhos relaciona a adolescência com valores: dessa vez, porém, com um referencial teórico retirado da psicologia humanista norte-americana e usando, nos casos de diferenças de valores, as variáveis sexo, idade e grupo social como variáveis independentes, que resultam, por vezes, na determinação direta de valores, numa causação direta, linear e sem relação entre si. Referindo-se à adolescência de forma essencialista, alguns desses trabalhos se utilizam, na discussão de seus pressupostos e na delimitação do problema, de outras pesquisas paralelas realizadas nos Estados Unidos ou mesmo no Brasil, sem, contudo, examiná-las a fundo nos seus métodos, nos instrumentos, na teoria implícita, principalmente no lugar, época ou população “adolescente” que foi objeto dessas pesquisas. A preocupação subjacente a esse último aspecto se faz presente, tanto que o trabalho de Ebert (1985) procura construir e validar um instrumento capaz de captar valores significativos de adolescentes brasileiros. Essas pesquisas, partindo da concepção de uma ciência psicológica, cumulativa e experimental, tendo por objeto o adolescente como ser universal, descontextualizado e aistórico, informante direto da própria subjetividade, conduzem, algumas vezes, a conclusões abstratas.

Dessa forma, por exemplo, Veda Silva (1981) conclui que sexo, idade e nível socioeconômico influem, em ordem decrescente, sobre diferenças de valores encontrados nos adolescentes de duas escolas estaduais de 2º grau de Porto Alegre. A pesquisa de Kampel (1985), dessa vez utilizando uma amostra de 1.048 sujeitos de escolas públicas e particulares do Rio de Janeiro, chega a conclusões similares, demonstrando também que o grau de adesão aos valores mais privilegiados entre os adolescentes (amizade, fraternidade, família, liberdade e realização profissional) e a rejeição aos menos privilegiados (bens materiais) dependem também do sexo e do nível socioeconômico. Dessa perspectiva, a autora assinala que

as transformações que atingem o adolescente, de ambos os sexos, são previsíveis e seguem um curso semelhante em todos eles, com pequenas diferenças individuais. Cada grupo sociocultural estabelece expectativas de comportamento para os indivíduos, sendo que na adolescência essas expectativas são expressas também sob a forma de tarefas do desenvolvimento, significando os comportamentos e conhecimentos que o adolescente deve adquirir para sentir-se realizado na busca de sua identidade (Kampel, 1985, p. 3).

Uma exagerada expectativa, contudo, depositada na atuação do jovem ante a questão política, criou a idéia de que o questionamento de valores fosse inerente à juventude e acabou por acarretar uma certa decepção em relação à geração de jovens da década de 80, fazendo-se presente em trabalhos como o de Evilásio Ramos (1986). Esse autor investiga os valores de 935 estudantes que cursavam a 8ª série do 1º grau e a 1ª série do 2º grau em 12 colégios de Fortaleza, usando uma escala elaborada por Pinto, chamada “Índice de Personalização”. Baseando-se no existencialismo cristão de G. Marcel e M. Buber, que opõe valores relacionados ao Ser a valores relacionados ao Ter como configurando dois modos de vida opostos – personalização e egotização –, o autor conclui que os jovens de Fortaleza estão voltados para valores relacionados ao Ter, o que contraria suas hipóteses, que diziam que a família e a escola seriam (ou deveriam ser) fontes de personalização. Assim também, Itoz (1993) termina por inferir uma privatização do sagrado presente nas manifestações de religiosidade de um grupo de 12 jovens aos quais aplicou um questionário fechado.

O *survey* realizado por Leda Juliana Ramos (1992) em sua dissertação – em que a autora usa pontualmente dados bibliográficos, entrevistas semi-estruturadas e questionários fechados sobre uma amostra de adolescentes e psicólogos, onde procura, através de relações estabelecidas entre os dados da pesquisa de campo e opiniões de especialistas, obter informações mais fundamentadas – pode ser lido como uma tentativa de contextualizar o adolescente, procurando avançar e compreender de maneira mais acurada a forma pessimista com que a literatura encarava o adolescente urbano dessa época, como alguém que se move na sociedade, carente de razões para estabelecer um projeto de vida.

Procurando se opor a certo reducionismo e mesmo a certa simplificação da questão, presentes em alguns dos primeiros trabalhos relacionados a valores, essa última série de estudos ainda se move numa idéia da independência linear dos fatores causais, como produzindo os mesmos efeitos em diferentes indivíduos. Ou ainda, pensa na construção da idéia de sociedade com determinadas características como soma de indivíduos formados com essas mesmas características. Esses últimos estudos demonstram, também, o esgotamento do otimismo que movia as teses e dissertações relativas ao primeiro momento de redemocratização do País e, com ele, talvez, a temática relativa aos valores dos jovens e sua formação moral.

## **Identidade**

As quatro pesquisas relacionadas com o subtema Identidade conferem grande peso à elucidação do conceito de identidade, situando-o na zona de fronteira entre a Sociologia e a Psicologia. Considerando a inserção social do adolescente como um segundo nascimento, os estudos procuram ao mesmo tempo buscar um referencial que torne o conceito de identidade inteligível, como marca do que é igual e ao mesmo tempo único, e um referencial que evite a excessiva homogeneidade, impedindo a percepção da fluidez e variabilidade dos processos de sua construção. Os trabalhos referem-se quase unanimemente a Erikson (1971 e 1976), que colocou os conceitos de moratória social e crise da identidade no centro da questão da adolescência, mas procuram criticar esse autor na suposição de um processo único de desenvolvimento que tem seu momento forte na adolescência. Procuram na Psicanálise a crítica que remete à ilusão de unicidade e continuidade relacionada à identidade e, em Berger e Luckman (1973), a idéia de que a assunção de um papel social supõe processo ativo, referido a uma construção do sujeito. Exceção a esse referencial é o estudo levado a cabo por Temponi (1997), que procura examinar a dimensão temporal da identidade usando a psicogênese de Wallon, ilustrando a teoria com depoimentos de quatro jovens da 5ª série do 1º grau: dois de uma escola de periferia de São Paulo e dois de uma escola particular de um bairro central da cidade.

Depois dessa discussão, as pesquisas remetem a diferentes dimensões da fabricação da identidade. Laurinda Souza (1980) procura discutir o papel da escola, principalmente a identificação com o professor, na formação da identidade. Tomando por base um questionário com perguntas fechadas e abertas, a dissertação conclui pela identificação de jovens de Divinópolis (MG) com grupos primários e a presença de dependências infantis entre eles. Interpreta esses dados como demonstrativos de uma falha

da escola, que exerceria sobre esses adolescentes uma influência discriminadora e elitizante, não proporcionando socialização e contatos efetivos entre gerações, o que impediria a adoção dos professores como modelos identitários. Já Cartaxo (1986) analisa o aspecto político relacionado à fabricação da identidade dos jovens da geração dos anos 70, procurando vincular o fechamento da ditadura militar à passividade dessa geração. Numa dimensão oposta, a tese de doutorado de Ferreira (1992), muito citada no conjunto geral dos trabalhos aqui examinados, mostra que, ao contrário, os adolescentes manifestam visão clara dos problemas brasileiros, apontando a má distribuição da riqueza como responsável pelo principal problema do País. Associando a política à corrupção, os jovens se mostram pessimistas, no entanto, em relação ao futuro.

## **Família**

Extremamente relacionadas aos trabalhos sobre o subtema Identidade – pelo tipo e estilo de pesquisa, referencial teórico e percepção da problemática –, cinco dissertações e uma tese abordam o tema juventude/adolescência relacionando-o à família. Do mesmo modo, esses estudos transbordam as fronteiras tradicionais da Psicologia para mergulhar nos estudos de Sociologia e Antropologia, o que configura o abandono de uma percepção experimental do problema para centrar-se sobre o exame mais minucioso e qualitativo mediante pesquisas de inspiração etnográfica.

Dois estudos apenas – o de Matos (1981) e o de Lapin (1984) – se utilizam de uma abordagem experimental, com o uso de testes e escalas, sobre uma amostra grande de jovens; os demais se configuram como estudos qualitativos, que se utilizam de uma pluralidade de métodos (observação, escalas, questionários e entrevistas), sobre amostras pequenas, e mesmo estudos de casos clínicos. Erik Erikson constitui uma referência básica nesses estudos, ao centrar-se sobre a problemática da autonomia do adolescente, mas igualmente são utilizados outros autores relacionados à psicanálise de jovens/adolescentes (Marcia, Deuch, Knobel, Abelastury). Frequentemente são invocados historiadores (Ariés, Corrêa), antropólogos (Canevacci, Goode) e sociólogos (Berger e Luckman, G. H. Mead). Nessa perspectiva, a problemática da família aparece, nesses estudos sobre a adolescência, focada principalmente nas relações parentais, ora na perspectiva de integração com expectativas paternas/maternas, ora na perspectiva do conflito de gerações.

O trabalho de Matos (1981), embora incidindo sobre uma amostra de 221 adolescentes, procura investigar, usando uma pluralidade de autores, as relações entre o desenvolvimento do ego e a percepção adolescente sobre as orientações parentais ante a independência do adolescente. Conclui que a percepção de estilos de orientação tem relação com o sexo do adolescente e com seu nível socioeconômico, e que o desenvolvimento do ego e a autonomia do adolescente têm relação direta com o estilo de orientação dos pais. Apesar do núcleo da pesquisa centrar-se sobre a análise dos dados amostrais, há uma preocupação decidida da autora de contextualizar esses jovens no seio das transformações que a sociedade brasileira então vivia. Da mesma maneira, Lapin (1984) investiga a mesma problemática usando a amostra de 371 estudantes, com idades entre 13 e 17 anos, da cidade de Campinas. Conclui por um conformismo dos jovens dos anos 80, ao defender a ideologia familiar ante a identidade do adolescente suposta pelos pais, a valorização da segurança e o apoio afetivo dado pela família,

refletindo o autoritarismo da sociedade e da família (...), que parecem alienados pelo conformismo, que, a nosso ver, possui raízes profundas no desenvolvimento histórico-cultural de nossa sociedade”. A percepção da juventude como revoltada seria, segundo a autora, uma estereotipia da literatura sobre o adolescente, de uma “tendência exagerada a supergeneralizar reações de alguns adolescentes para toda a população (Lapin, 1983, p. 71).

Outros trabalhos acentuam a dimensão conflitiva entre os pólos dessa relação, destacando a dimensão de gênero relacionada a esses conflitos como inflexão da tese psicanalítica de recapitulação

do conflito edípico. A dissertação de Nascimento (1998), procura investigar os mecanismos subjacentes à lógica da identificação analisando o relato de dois adolescentes que cursavam o ensino médio numa escola pública de São Paulo. Por sua vez, Neves (1983) examina a relação de jovens mulheres da cidade de Recife, de 15 a 20 anos, com a figura paterna, dimensionando as áreas de conflito no namoro, estudo, dinheiro e amizades. Conclui que as jovens, embora percebam o peso do controle exercido sobre elas, são, na maioria das vezes, submissas e reprimidas nos seus intentos de autonomia. A relação mãe/filha adolescente como fonte de identificação fusional e mortífera foi examinada no estudo clínico feito por Lacerda (1990) sobre jovens mulheres que haviam tentado o suicídio.

A questão de gênero – a constituição de identidade masculina e feminina – abordada lateralmente nesses últimos estudos é enfrentada mais decididamente na tese de doutoramento de Amaral (1997). O grupo de informantes consistiu num grupo de 26 meninas e 16 meninos da 1ª série do 2º grau de uma escola particular de Campinas (SP). Servindo-se de um extenso referencial bibliográfico, a autora usa uma pluralidade de instrumentos (entrevistas dirigidas e semidirigidas, dinâmicas de grupo, redações e discussões de grupos). Tendo como ponto de partida e pretexto de discussão o trabalho doméstico, o estudo revelou estreitas relações entre vivências cotidianas da família e representações e hierarquizações diferentes que os jovens fazem do que é ser homem *versus* ser mulher.

### **Conceituação**

Um grupo pequeno mas extremamente estratégico de estudos (pelo balanço crítico que fazem sobre a temática juventude e adolescência sob o prisma da Psicologia) é constituído pelas dissertações de Clímaco (1991), Salles (1993), Espig (1996) e César (1998). As três primeiras, embora façam verificações empíricas com base em questionários e entrevistas, são principalmente teóricas e críticas. Algumas posições são assim firmadas.

O trabalho de Clímaco (1991) procurou questionar a unidade da categoria adolescente expressa na maior parte dos trabalhos concernentes à Psicologia da Educação. Procura remeter a adolescência a condições socioculturais, mostrando que uma sociedade que comporta diferenças sociais e econômicas profundas, como a brasileira, não suporta o dado de uma unidade na adolescência. Remete unicidade do termo adolescência ao efeito de sentido padronizador dos meios de comunicação de massa, que mascara diferenças radicais relacionadas à experiência de jovens de diferentes camadas sociais no Brasil.

Por sua vez, o trabalho de Salles (1993) revela um flagrante contraste entre as representações que os professores fazem dos jovens e o que os jovens pensam de si próprios. A análise dos depoimentos indicou uma homogeneização da representação social do adolescente, absorvida pelos adultos, através dos meios de comunicação de massa, como uma época de menores responsabilidades, de desfrutar a vida despreocupada com o futuro, de reivindicação de direitos sem contrapartidas. No entanto, esse discurso não coincide em nada do que os jovens dizem a seu respeito, mostrando a perspectiva enviesada do adulto educador ante o jovem.

A dissertação de Espig (1996) faz uma revisão da literatura sobre o adolescente, levanta dados estatísticos acerca do adolescente brasileiro e procura indicar variações conforme o grupo social, a presença da cultura adolescente e o mal-estar da escola diante dessa presença, tendo sido observado este último aspecto na pesquisa de inspiração etnográfica realizada em duas escolas do ensino médio.

Finalmente, a dissertação de César (1998), usando principalmente Foucault e Ariès como referências teóricas, trata de remeter a problemática da adolescência a uma arqueologia do saber, procurando identificar os discursos que constituíram a “adolescência” como “objeto” de investigação e evidenciando, ainda, a formação de práticas e redes discursivas e suas relações com as estratégias de poder. Esse trabalho procura desconstruir o conceito de “adolescência” no seu caráter essencialista e, também, mostrar como o caráter conflitivo que subjaz nas teorias psicológicas refere-se a um paradigma do início do século, constituído como prática de percebê-la como “problema” para melhor exercer o controle sobre ela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas vezes, a primeira experiência de pesquisa em um campo – a Psicologia Educacional – em que o debate se tornou rarefeito, pelo isolamento dos pesquisadores e pela excessiva ideologização das diferenças teóricas e de linhas de pesquisa, resulta num material cuja leitura revela alguns problemas que, em razão da sua importância, devem ser assinalados.

Divididos entre a tentativa enérgica de fazer frente a uma delimitação de seu problema e a busca de bases de sustentação para a investigação da questão da adolescência, como é mais comum referir-se a esses sujeitos, alguns estudos remetem à Filosofia, principalmente quando estão envolvidas questões ético-sociais. Trata-se de uma tradição da escrita da pesquisa psicológica, em que a Psicologia presta certa homenagem à Filosofia diante da desproporção entre o conhecimento empírico e o conhecimento especulativo, muito mais vasto e antigo. Mas, algumas vezes, esse esforço resulta em vôos rasantes sobre percursos filosóficos desde o início da era moderna, lidos através de compilações e sumários, até aterrizarem em autores que realizaram, em anos mais recentes, pesquisas no campo da Psicologia. Algumas vezes, a contribuição da Filosofia é colocada como um caminho histórico e cumulativo, percebida como história geral das idéias, sem que o problema envolvido seja articulado e confrontado com a mesma questão vista no plano da Psicologia. O resultado é que o leitor se pergunta até que ponto essa perspectiva de fundo filosófico acrescenta ou questiona seriamente o objeto da tese em curso, além de emprestar certa dignidade à questão investigada.

A contrapartida de reverter sistemas ou idéias filosóficas diretamente para o campo da Psicologia Aplicada, desconhecendo contribuições e problematizações originárias tanto da própria Psicologia como das demais ciências humanas, resulta, às vezes, em afirmações e conclusões com uma certa dose de ingenuidade típica. Em algumas investigações, dados descritivos de realidades concretas passam, sem sinal, a níveis discursivos enunciados como crenças e a uma retórica de persuasão. Essa passagem de nível é especialmente problemática nas pesquisas que abordam diretamente problemas educacionais – tomam-se objetivos pedagógicos do tipo “construção do conhecimento”, “autonomia de julgamento”, “ser que transforma a realidade” como pontos de partida, como dados naturais, e não como resultados de determinados empreendimentos educativos ou de práticas sociais correlatas. Pouco ingênuas, por outro lado, as teses com referencial teórico psicanalítico, ao suporem, por vezes, um único e universal processo de subjetivação que tem um momento importante na adolescência, quando analisam jovens brasileiros, por causa das peculiares inflexões de nossa cultura, em que valores da modernidade se apresentam de forma impura, assumem, algumas vezes, um caráter de denúncia e de condenação.

Por outro lado, nas teses desenvolvimentistas, o antigo preceito de Rousseau – da presença de um processo de desenvolvimento e da irredutibilidade da criança e do adolescente ao adulto – leva, por vezes, à conclusão de que a educação escolar deve ser “adequada” à criança ou ao jovem, como já foi dito. Essa constatação, entretanto, adquire significados decisivos. Assim, algumas pesquisas tratam de problemas de jovens, suas aspirações e formas de valorar a realidade retirando conclusões que dizem de uma inadequação da escola a essas aspirações, no sentido de que os jovens não são escutados, como não são levados em consideração, pela escola, seus valores e percepções de realidade, o que obviamente resulta na perda de sentido da escola para esses jovens e, conseqüentemente, para os educadores. Outras pesquisas, porém, colocam essa inadequação como se a escola devesse ter por objetivo assumir essas mesmas percepções, valores e aspirações, como se fosse uma empresa que tivesse que atender à demanda do cliente, o adolescente, e só assim lograsse ter suavizada a carga de culpa e apagada sua imagem de ineficácia. A escola deveria, assim, renunciar à sua característica simultânea de ser transmissão e projeto, portadora de intenções e de tradição, empreendimento humano contra o qual e/ou através do qual o jovem pode construir sua subjetividade. A característica autofágica de alguns estudos, principalmente quando realizados por educadores, compromete essas investigações com uma atitude que tende a se generalizar: a demissão da instituição escolar ante o seu público jovem.

Uma certa tendência de “tornar invisível” a escola e conceber o conhecimento como construído espontaneamente, uma elaboração do indivíduo, à parte e desvinculado de qualquer prática

social específica e da escola em particular, está presente em algumas das pesquisas que têm como referência diversas concepções de construtivismo. Nesse sentido, são caudatárias da idéia de que há uma evolução cognitiva natural e universal, comum a um conjunto de sujeitos de uma determinada fase. Com efeito, um certo número de trabalhos, baseados num determinado momento da construção da teoria piagetiana acerca do desenvolvimento cognitivo, supõe, de uma parte, uma escala única do desenvolvimento e, de outra, uma maneira um pouco abstrata e geral demais de conceber o processo de construção dos esquemas mentais, o que, de algum modo, torna forçada a correlação entre essas categorias e os dados empíricos, que aparecem, algumas vezes, como ilustrativos de hipóteses assumidas como comprovadas de antemão. No que tange à escola, esses trabalhos, por vezes, remetem ao jovem uma contabilidade quase sempre lesiva à instituição: quando ele obtém avanços e crescimento intelectual, isto ocorre graças a uma elaboração espontânea, feita apesar da escola e destacada dela; quando, ao contrário, ele é condenado ao fracasso, a escola é sempre a causa principal.

Entre os pesquisadores vygotksyanos, a natureza histórica e social do objeto da pesquisa é continuamente invocada. Mas algumas vezes a categoria “histórico-social” entra na análise dos dados de pesquisa como Pilatos no credo, sem que se faça qualquer esforço em estabelecer conexões com a determinada sociedade e a determinada história que está implicada na problemática descortinada pela pesquisa. Ou mesmo, principalmente quando falam da educação, alguns trabalhos adotam na sua introdução um rápido percorrido histórico, quase que inevitavelmente desembocando em tendências educacionais presentes na atualidade, genericamente assinaladas, em que uma é a conservadora, outra, a técnica, outra, a verdadeiramente revolucionária.

Na maioria empíricas, essas pesquisas têm, no entanto, o grande mérito de colocar muitas vezes o pesquisador – e, de certo modo, o seu ponto de partida – diante da perplexidade em face do inesperado dos dados, que contrariam teses e atitudes comumente aceitas. Assim, algumas pesquisas concluíram sobre valores conservadores de grupos de jovens, outras de que certas atitudes sexistas ou preconceituosas de determinados grupos são aprendidas junto aos pares, outras que a exclusão escolar não resulta mecanicamente numa diminuição do autoconceito, outras que cursos profissionalizantes não estão relacionadas a uma maior maturidade na escolha profissional, outras de que a gravidez adolescente e o uso de drogas não são vistas como nem acompanhadas de uma catástrofe psíquica por parte de seus “portadores”, etc. Essa perplexidade, contudo, não é retomada em outras pesquisas numa reflexão forte, de cunho investigativo e problematizador, mas remetida a recomendações de novas pesquisas, em novas amostragens, com o aperfeiçoamento dos mesmos instrumentos, recomendações que, como o conjunto de teses e dissertações leva a perceber, acabam por cair no vazio. Uma parte dessas pesquisas conjuga testes e pós-testes com o uso de técnicas pedagógicas inovadoras, e o grande mérito desses pesquisadores está na honestidade intelectual de revelar não só êxitos, mas, também, inoperâncias e resultados contraditórios.

Descontados o isolamento dos pesquisadores e o fechamento dos debates no interior das linhas de pesquisa, essa economia de reflexão, de certa forma, advém dos ecos da psicologia norte-americana das décadas de 50 e 60, cujo traço predominante era a ênfase nos testes para mensuração e identificação de traços individuais. Muitas vezes, o uso dos testes, escalas e outros instrumentos é apoiado apenas em pesquisas paralelas já realizadas, indicadas sumariamente pelo nome de seus autores entre parênteses, sem que haja uma discussão sobre a natureza dessas pesquisas, o seu objeto e o seu lugar, além do tratamento estatístico da validade e fidedignidade do seu instrumental – em geral, testes e escalas. Sabemos que essa perspectiva tem sido criticada, não só por sua visão do indivíduo jovem como realidade biológica, universal e aistórica, mas, também, por seu conteúdo elitista e pela visão que anuncia a respeito das possibilidades de aprendizagem de jovens das classes populares. Uma longa tradição de impor rigidamente a metodologia de uma ciência natural, com excessiva ênfase no rigor e “objetividade”, a uma ciência humana coloca o leitor, de certa forma e algumas vezes, ante a estranheza de um monumental esforço metodológico, de um formidável investimento de pesquisa com grande número de sujeitos, acompanhada de análises quantitativas sofisticadas sobre um problema que, às vezes, é mal colocado ou estruturado de forma rasa.

No entanto, essas investigações, na sua maior parte, trazendo contribuições importantes nos seus resultados e combinando o rigor com o cuidado de submeter sua amostra a vários instrumentos, têm importante papel a cumprir num campo em que, de certo momento em diante, é comum encontrar pesquisas com certa frouxidão metodológica, demonstrando a ligeireza e rapidez com que métodos quantitativos foram abandonados em favor de métodos qualitativos. Nesse sentido, incluem-se algumas dissertações que fazem de experiências pedagógicas pontuais situações de ensino dadas, em que os pesquisadores cumprem o papel de educadores extremamente confundidos com as questões que sua pesquisa levanta. Percebendo o campo empírico como o campo da práxis, desconhecendo, assim, o estatuto e a natureza específica dessa própria práxis, tais investigações dificilmente acrescentam conhecimentos tanto à prática como à pesquisa. Elas resultam, provavelmente, do ingresso, nos cursos de pós-graduação, de professores ou educadores que tinham outras expectativas com relação a esses cursos ou que não tinham meios, tempo e possibilidades de realizar outro tipo de pesquisa. Mas há também casos de generalizações rápidas a partir de estudos de caso, percepções sumárias do que seja a pesquisa etnográfica, aplicação de questionários sem os necessários cuidados, realização de entrevistas em que é comum o encontro de respostas espelhadas, etc.

Outras vezes, assombra alguns desses trabalhos as questões sociais emergentes, como a AIDS, a drogadição, a gravidez indesejada, etc., tanto difíceis de resolver quanto de equacionar. As investigações atraídas por questões cruciais limitam-se, algumas vezes, a recolher certos dados marginais para dar respostas evidentes ao senso comum ou propor soluções demasiadamente imediatistas de intervenção – o que as tornam semelhantes à introdução teórica de uma proposta de intervenção política.

Feitas estas considerações, é necessário também que se faça justiça ao mérito evidente desse conjunto de estudos, pois à fragmentação e dispersão características do discurso da psicologia atual acrescenta-se, ainda, o fracionamento próprio dos sujeitos sobre a qual ela se debruça: a juventude e adolescência brasileiras. Pois o que, desde uma primeira leitura, essas pesquisas colocam aos nossos olhos é o caráter de certa forma inédito da situação com a qual se confrontam os jovens e adolescentes nesse último terço do século 20. Se detivermos nosso olhar sobre as conclusões dessas pesquisas, tanto no plano teórico (em que se destaca a exploração de novas pistas de análise e de novos conceitos) quanto no plano empírico (a inflexão psicológica da “cultura jovem”, as questões de valores, a questão da droga, da sexualidade, a inadequação, o fracasso e as dificuldades escolares), efetuadas durante 18 anos de vida universitária, veremos que elas iluminam certas características específicas da adolescência e juventude de hoje em dia. Sofrendo os efeitos freqüentemente dramáticos e devastadores de transformações e exclusões profundas que engendraram esse período de transição em que vivemos, ao qual diversos pensadores chamam de “pós-modernidade à brasileira”, a adolescência e a juventude, como categoria social e como configuração de subjetividade, são caracterizadas, antes de tudo, por sua fragmentação e pelo seu caráter difuso e de difícil contorno. Há uma percepção de fundo, nas conclusões, no campo empírico e, até mesmo, em embaraços metodológicos dessas pesquisas: a de que a juventude e adolescência brasileiras não podem ser apreendidas, ou têm dificuldade de se tornarem inteligíveis, através de categorias psicológicas de cunho essencialista. Antes de ser uma fraqueza desse conjunto de teses e dissertações, esse dado revela a coragem dos pesquisadores diante dos desafios contidos em tentar ultrapassar o preconceito e perceber não só problemas, não só a angústia social em relação à juventude, mas a ousadia de olhar e ouvir o jovem, de procurar compreender, de forma isenta e sistemática, quem ele é, o que pensa, o que sente, como organiza o mundo e a realidade e como age.

Lidando com um objeto teórico e socialmente visto como ingrato, incompreensível e fugidio, muitas dessas investigações denunciam, intencionalmente ou não, um certo falseamento das categorias de análise até pouco tempo hegemônicas e de imagens aparentemente cristalizadas construídas pela psicologia tradicional sobre os jovens e adolescentes e sua subjetividade. A partir dessas leituras, é possível elaborar caminhos de aproximação a imagens menos deformadas, nessa específica sociedade de pós-industrial em que vivemos.

No Brasil, a crise dos valores, dos símbolos e das instituições socializantes tradicionais – entre as quais a escola e a família – se conjuga a mutações tecnológicas e econômicas profundas, comparáveis,

em sua envergadura e extensão, à Revolução Industrial. A leitura dessas teses e dissertações, entretanto, nos leva a pensar não somente nos efeitos negativos dessa conjuntura sobre os adolescentes e jovens presentes nos trabalhos que falam da ausência de autoconceito positivo, no individualismo e no consumismo, na gravidez indesejada, na AIDS e na drogadição; também, quando essas investigações olham para esses mesmos jovens procurando saber quem são, como pensam e como reagem, aparecem aspectos dinamizadores. Com efeito, as investigações não raro demonstram que, em face do mal-estar a que estão submetidos, numerosos jovens criam estratégias de sobrevivência psíquica originais e modos de vida "outros" que transcendem os limites que a crise atual lhes impõe.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Teses

AFONSO, Maria Lúcia Miranda. *A polêmica sobre adolescência e sexualidade*. Belo Horizonte, 1997. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. *Relações familiares, adolescência, gênero e representações sociais de adolescentes*. Campinas, 1997. 379 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

FERREIRA, Berta Weil. *Adolescentes diante do mundo atual: identidade profissional e ideológica*. Porto Alegre, 1992. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

LUMMERTZ, Jussara Gonçalves. *Pensamento crítico e mudança social: a utilização de interações dialógicas no desenvolvimento do julgamento moral*. Porto Alegre, 1991. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARTINEZ, Marlene de Castro Waideman. *Sexualidade, AIDS e adolescência no espaço escolar contemporâneo: a família não fala, o adolescente pede, e a escola...* Marília, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

PASCHOAL, Nícia. *O discurso do adolescente: um enfoque fenomenológico-hermenêutico*. São Paulo, 1985. 688 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RONCA, Paulo Afonso Caruso. *Convivendo com a maconha*. Campinas, 1985. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

SOARES, Cássia Baldini. *Adolescentes, drogas e AIDS: avaliando a prevenção e levantando necessidades*. São Paulo, 1997. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

STRONGOLI, Maria Thereza de Queiroz G. *O discurso e o imaginário de um adolescente: reflexões e análise*. São Paulo, 1989. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

### Dissertações

ALBUQUERQUE, Maria Cícera dos Santos de. *O papel da escola na educação sexual do adolescente*. Piracicaba, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.

- ANDRADE, Virgínia Ribeiro Lima e. *Sexualidade: uma abordagem necessária no ensino de primeiro grau?* Petrópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis.
- ANDRIOLA, Verginia Mello Perin. *Gravidez não planejada em jovens universitárias: contribuições para a educação sexual no terceiro grau.* Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- ARAÚJO, Denise Silva. *O papel do jogo no desenvolvimento de crianças e adolescentes de classe trabalhadora em uma perspectiva sócio-histórico-dialética.* Goiânia, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás.
- AZEVEDO, Carmem Maria Oliveira de. *Valores percebidos pelos professores e especialistas em educação que atuam nas escolas estaduais de 2º grau – Porto Alegre, RS.* Porto Alegre, 1989. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- BEYER, Hugo Otto. *O ensaio de sentido da vida do adolescente na escola.* Porto Alegre, 1988. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BOA SORTE, Nadir Ferreira. *O imaginário do adolescente sobre o consumo do álcool e o processo de construção de identidades: implicações na educação e prevenção.* Salvador, 1998. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- BONILAURI, Ana Rosa Chopard. *Relações entre escolarização do adolescente e a antecipação do desempenho de um papel social.* Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- BRUGALLI, Marlene. *Sexualidade e o ato de aprender, suas relações e implicações.* Porto Alegre, 1995. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- CARTAXO, Charmenia Maria Braga. *A política da construção da identidade do adolescente brasileiro dos anos 70.* São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CARVALHO, Márcia Moreira de. *Caminhos e descaminhos percorridos por estudantes do terceiro ano do ensino médio e portadores do vírus HIV, com relação às informações preventivas a respeito da AIDS.* São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. *A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico.* Campinas, 1998. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- CLÍMACO, Adelia Araújo de Souza. *Repensando as concepções de adolescência.* São Paulo, 1991. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CORREIRA, Maria Ivete Martins. *Concepções de estudantes do segundo grau sobre a virgindade na perspectiva das relações de gênero.* João Pessoa, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.

- COSTA, Isolda Reis Alves da. *Os melhores amigos: o uso de drogas e a visão do mundo de jovens de camadas médias urbanas*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- COSTA, Vani Maria de Mello. *O aluno-problema no cotidiano escolar e familiar: um estudo de caso etnográfico*. Cuiabá, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.
- DER, Leila Christina Simões. *As atitudes de atenção/desatenção em sala de aula: o que dizem professores e alunos de sétima série*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- EBERT, Ana Maria de Azambuja. *Construção e validação de uma escala para identificar valores em adolescentes*. Rio de Janeiro, 1985. 55 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ESPIG, Ana Sílvia. *O papel social do adolescente: uma abordagem psicossocial do aluno adolescente*. Porto Alegre, 1996. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FERNANDES, Belnidice Terezinha Figueiredo. *A corporeidade convivial entre meninos e meninas nas aulas de Educação Física de uma turma de oitava série*. Cuiabá, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.
- FLORES, Leonel Morales. *Ambiente co-educativo e percepção do adolescente sobre o comportamento homossexual*. Brasília, 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.
- FREIRE, Ida Mara. *Interação mães adolescentes e seus filhos – em atividades lúdicas – antes e depois de um treinamento*. São Carlos, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.
- FREIRE, Marluce Singer. *O papel do autoconceito no desenvolvimento vocacional*. Rio de Janeiro, 1984. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FRUET, Maria Sílvia Bruni. *Adolescência: sexualidade e AIDS*. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- GEHRKE, Betty Noemi Castro. *Estudo da influência da orientação educacional nas atitudes dos alunos de segundo grau*. Porto Alegre, 1980. 257 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- GERBASE, Clarisse Kirst. *O julgamento moral de adolescentes: relações com pais, escola e amigos*. Porto Alegre, 1984. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GIGLIO, Angela Márcia Zago. *O medo na escola: percepção de alunos jovens e adultos de ensino supletivo*. São Paulo, 1998. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- ITZO, Sonia. *A religiosidade na expressão do jovem*. São Paulo, 1993. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- KAMPEL, Maria Mecler. *Valores significativos em adolescentes*. Rio de Janeiro, 1985. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LACERDA, Miriam Pires Corres de. *Vida e morte: o drama dos adolescentes – abordagem de um educador com vistas à educação*. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LAPIN, Anna Maria Pinheiros. *Percepções de adolescentes: relações pais-filhos e características parentais*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- LIMA, Geraldo Maurício. *Fracasso escolar e autoconceito: um estudo com adolescentes excluídos dos cursos noturnos de segundo grau da cidade de Bady Bassit*. Marília, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- LIMA, Myriam Campos Góes de. *Escola e a prevenção ao uso indevido de drogas: um estudo sobre representações sociais*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- LUMMERTZ, Jussara Gonçalves. *A interferência do motivo de realização, do nível de satisfação familiar e das repetências anteriores no rendimento escolar de alunos da primeira série do segundo grau*. Porto Alegre, 1985. 43 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LUZ, Anna Maria Hecker. *A vida cotidiana da mulher adolescente: sexualidade, gravidez e maternidade no Rio Grande do Sul – 1920-1995*. Porto Alegre, 1995. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MACEDO, Mocinha Medeiros Kother. *Alquimias vivenciais de adolescentes como aprendizes de si mesmos*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MARTINS, Rosângela Maria Borges. *Valores predominantes entre os alunos dos cursos supletivos de segundo grau de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MATOS, Rosa Maria Martini de. *Adolescência: a conquista de independência e afirmação do ego face às gerações mais velhas*. Porto Alegre, 1981. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MENEZES, Ida Helena Carvalho Francescantonio. *Gestante adolescente: percepção das transformações do corpo*. Goiânia, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás.
- NASCIMENTO, Ivany Pinto. *A importância dos pais na construção da identidade do adolescente*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- NEVES, Angela Maria Barbosa. *Juventude e conflito familiar: divergências entre pais e filhas, na perspectiva das jovens do Recife*. Campinas, 1983. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

- OLIVEIRA, Áurea Maria de. *O processo de construção do raciocínio moral*: estudo realizado com um grupo de adolescentes em fase de escolarização. Campinas, 1989. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- OLIVEIRA, Edna Maria Arrais Pereira de. *Liderança e rendimento escolar entre adolescentes*. Porto Alegre, 1981. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- OLIVEIRA, Heloisa Helena Gilibert. *Relação entre nível de maturidade vocacional e nível intelectual de alunos da segunda série do segundo grau dos colégios estaduais do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PINHEIRO, Vandira Maria dos Santos. *Educação em saúde: a questão de risco e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis na adolescência*. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PITOMBO, Nildon Carlos Santos. *Classes sociais, expectativas e autoconceito de adolescentes: um estudo relacional*. Porto Alegre, 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PONDÉ, Ana Neri Fontes Rabello. *Valores significativos em adolescentes: percepções de professores*. Rio de Janeiro, 1985. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RAMOS, Evilásio Almeida. *Ser e ter na adolescência*. Fortaleza, 1986. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará.
- RAMOS, Leda Juliana D'Andrea. *O adolescente urbano e as razões de viver: um estudo exploratório*. Porto Alegre, 1992. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- RIBAS, Maria de Jesus da Silva. *Os problemas dos adolescentes escolares do bairro Partenon*: Porto Alegre, RS. Porto Alegre, 1981. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SALLES, Leila Maria Ferreira. *A representação social do adolescente e da adolescência: um discurso contrastante entre o genérico e o particular*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SAMPAIO, Meiry Ferreira. *A maturidade vocacional e o seu relacionamento com o desempenho escolar*. Rio de Janeiro, 1980. 60 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SANTOS, Ana Pujol Vieira dos. *Espírito crítico de adolescentes e fatores associados: um estudo com alunos adolescentes*. Porto Alegre, 1983. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SCHMITT, Sueli Maria. *Vivências no mundo das drogas: um grito de alerta!* Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

- SCHUCK, Ethilha Maria. *Situação sócio-econômica e problemática do adolescente no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- SIDU, Maria Luiza Avelino. *Preferências cognitivas e rendimento escolar entre alunas do segundo grau*. Fortaleza, 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará.
- SILVA, Ricardo de Castro e. *A orientação sexual vivida por educadores e alunos: possibilidade de mudanças*. Campinas, 1995. 41 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- SILVA, Veda Lucinda Leal da. *Valores dominantes em adolescentes de Porto Alegre por idade, nível sócio-econômico e sexo*. Porto Alegre, 1981. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SOUSA, Maria Auxiliadora de Oliveira Lopes. *Do exercício da percepção ao realismo do autoconceito: uma experiência com alunos de primeira série do segundo grau*. Rio de Janeiro, 1981. 69 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SOUZA, Elizeu Clementino de. *Sexualidade e educação: o itinerário perdido*. Salvador, 1995. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- SOUZA, Laurinda Ferreira de. *A formação da identidade numa perspectiva educacional*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- SOUZA, Péricles Luiz Sales de. *Vivências sexuais de um grupo de jovens da Região Metropolitana do Recife*. Campinas, 1983. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- TARGINO, Magnólia de Lima Sousa. *Representação social da gravidez na adolescência: um estudo na perspectiva do adolescente*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TEMPONI, Suzette Izildinha. *O adolescente por ele mesmo*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- VILAR, Isaltina Suhett. *Relacionamento entre a interferência dos pais e o desenvolvimento da maturidade vocacional dos filhos*. Rio de Janeiro, 1981. 64 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- WENDER, Ingrid Heckmann. *Atitudes de maturidade vocacional em estudantes do ensino de segundo grau*. Porto Alegre, 1982. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ZACARIOTTI, Edith Tereza Pizarro. *Sexualidade e contracepção: concepções e opiniões das adolescentes que freqüentam os ambulatórios de adolescência do Hospital das Clínicas da UFG*. Goiânia, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás.

## Livros, Artigos, Teses

- BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CARVALHO, M. M. C. de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. cap. 1.
- \_\_\_\_\_. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. *À l'école. sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil, 1996.
- ERKSON, Erik. *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FÁVERO, O. *A trajetória da pós-graduação em educação no âmbito institucional: avaliação & perspectivas*. Porto Alegre: ANPEd: CNPq, 1993. p. 31-49.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Educação como prática de liberdade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GADOTTI, M. *A educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GATTI, B. A pós-graduação e a pesquisa em educação no Brasil: 1978-1981. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, p. 3-17, 1983.
- GUIRALDELLI JÚNIOR, P. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1996.
- HALL, G. Stanley. *Adolescence: its psychology and its relation to anthropology, sociology, sex, crime, religion and education*. New York: Appleton, 1904. v. 1 e 2.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1986.
- MARGOTTO, Lílian R. *A Psicologia chega à escola: o saber psicológico nos periódicos educacionais (São Paulo, 1890-1930)*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. cap. 1.
- MEAD, Margareth *Coming on age in Samoa*. New York: William Horrow, 1928.
- PATTO, M. H. S. *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.
- PIAGET, Jean. *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

- RIBEIRO, M. L. *A formação política do professor de primeiro e segundo graus*. São Paulo: Cortez, 1987.
- RICHELLE, M. Apprentissage et enseignement: réflexion sur une complémentarité. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 1, dez. 1995.
- RUFFINO, R. Sobre o lugar da adolescência na teoria do sujeito. In: RAPPAPORT, C. R (Org.). *Adolescência: um enfoque psicanalítico*. São Paulo: EPU, 1993.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985a.
- \_\_\_\_\_. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1985b.
- SNYDERS, G. *Para onde vão as pedagogias não-diretivas?* Lisboa: Moraes, 1974.
- SOUZA, M. C. C. C. de. A Psicologia e a experiência pedagógica: alguma memória. In: VIDAL, D. G.; SOUZA, M. C. C. C. de (Org.) *A memória e sua sombra: a escola brasileira no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- \_\_\_\_\_. À sombra do fracasso escolar: a Psicologia e as práticas pedagógicas. *Revista Estilos da Clínica*, São Paulo, p. 63-83, dez. 1998.
- SOUZA, M. C. C. C. de. *Escola e memória*. São Paulo: Ifan/CDPH/USF, 2000.
- SPOSITO, M. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n 5, p. 37-52, 1997.
- WARDE, Mirian Jorge. *Liberalismo e educação*. São Paulo, 1984. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. O papel da pesquisa na pós-graduação em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 73, p. 67-75, 1990.
- \_\_\_\_\_. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. Psicologia e educação: a produção discente na pós-graduação no Brasil (1982-1991). *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 1, p. 43-61, dez. 1995.
- YAMAMOTO, O. H. *A educação brasileira e a tradição marxista (1970-1990)*. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Moraes, 1996. p. 106.

